



Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1993.

ANO XI

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelho Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 43.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1993
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achantando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Edson Silva Lino e João Iensen (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 014/93

Curitiba, 11.05.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com a implantação do clube do Irmão Caçula em 11 Prefeituras Municipais e reparos e reformas e 05 unidades sociais da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1992, da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I		ANEXO		CRS 1.000,00	

I	I	INATUREZA	ILI		IN. DOI
I	I	I DA	IFTIDI	VALOR	IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOF I

I	2800	ISECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I I I	I I
I	I	IE DA ACAO SOCIAL - ENTIDADES	I	I I I	I I
I	I	IVINCULADAS	I	I I I	I I
I	I	I	I	I I I	I I
I	2860	IFUNDACAO DE ACAO SOCIAL DO PARANAI	I	I I I	I I
I	I	I- FASPAR	I	I I I	I I
I	2620	IACAO SOCIAL ATRAVES DE ENTIDADES	I	I I I	I I
I	I	IGOVERNAMENTAIS E NAO	I	I I I	I I
I	I	IGOVERNAMENTAIS	I	3132.03150ILI	2.612.458 I4225I
I	I	I	I	3223.01150ILI	500.000 I4225I
I	I	I	I	3223.02150ILI	8.000.000 I4225I
I	I	I	I	3231.00150ILI	2.500.000 I4225I
I	I	I	I	3254.00150ILI	714.533 I4225I
I	I	I	I	4323.00150ILI	7.714.533 I4225I

T O T A L				I	22.041.524 I

ACRESCIMO		ANEXO II		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	FUNDACAO DE ACAD SOCIAL DO PARANA - FASPAR				
1990.05.50	Saldo de Exercicios Anteriores - Diretamente Arrecadados	50	22.041.524		
TOTAL			22.041.524		

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1992, da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/SAT/46, 47, 48 e 49/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

432/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná para WILSON ANDRADE SILVA, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.269. **Anote-se. Arquite-se.**

316/92: De autoria do Deputado OVÍDIO CONSTANTINO, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres" (APM) da Escola Estadual Duque de Caxias - Ensino de 1º Grau, de Dois Vizinhos, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.270. **Anote-se. Arquite-se.**

015/93: De autoria do Deputado HEINZ GEORG

HERWIG, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Doutor ARMANDO MARTINS PEREIRA, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.271. **Anote-se. Arquite-se.**

020/93: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que altera para São Manoel do Paraná a denominação do município de São Manoel, neste Estado, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.272. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 239/93, do Senhor Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, Presidente do Tribunal de Justiça, comunicando que em Sessão Extraordinária do Órgão Especial daquele Tribunal, resolveram formalizar pedido de urgente conclusão do processo legislativo a que se refere a proposta de lei (Projeto de Lei nº 102/93), encaminhada a esta Casa de Leis em data de 23 de março do corrente ano. **Ac. conhecimento da Casa.**

Sob o nº 225/93, do Senhor Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando à apreciação deste Legislativo a exposição de motivos visando a modificação no percentual limitativo de recursos do Poder Judiciário para a elaboração da Proposta Orçamentária referente ao exercício financeiro de 1994; e ante os termos da Mensagem nº 009/93 do Governador do Estado, acompanhando o anteprojeto de lei sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Estado do mesmo exercício, que em seu art. 12, IV, volta a incluir o limitador de seis por cento da Receita Geral para os recursos destinados àquele Poder, reiterando os esclarecimentos já anteriormente feitos a respeito de pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, suspendendo a vigência desse limitativo através de decisões que cumpre sejam observadas por imperativo de obediência ao ordenamento jurídico que rege as relações entre os Poderes do Estado.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 107/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 007/93, bem como a Mensagem n° 013/93, que adita o Projeto em questão.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Migliorini, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa, dia 1° próximo passado.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Quadra H, n° 3, Vila 31 de Março, na Cidade de Ponta Grossa.

Tal falecimento causou grande perda à sociedade ponta-grossense, visto que o Senhor José era pessoa que olhava pelos desamparados, auxiliando-os na medida do possível.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiada à família de Ismael Stresse, ex-Vereador por quatro legislaturas no Município de Manoel Ribas, manifestação de pesar desta Assembléia Legislativa pelo seu falecimento, ocorrido no dia 11 de maio.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) PAULO MAIA

Curitiba, quarta, em 12.05.93

JUSTIFICATIVA:

Manifestação de pesar desta Assembléia Legislativa à família do ex-Vereador de Manoel Ribas por quatro legislaturas, Ismael Stresse, falecido ontem, dia 11 de maio, no quilômetro 17, é medida de respeito, reconhecimento e justiça ao trabalho político efetuado em favor da sociedade local e à sua pessoa humana. A perda de Ismael Stresse minora um pouco os valores existentes no Paraná, mas sua memória e exemplos edificantes permanecem e deverão nortear as condutas de cidadãos em favor da construção de um Paraná melhor.

REQUERIMENTO N° 1204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 11° aniversário do Município de Cantagalo, no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em ata de voto de congratulações à nova diretoria da OPECAM - Ordem dos Pastores Evangélicos de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata, de voto de congratulações dirigido ao advogado de Campo Mourão, Senhor Luiz Francisco de Mello Júnior, por sua eleição como presidente do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Eleito com 63% dos votos válidos, reconhecimento de sua atuação na luta pela causa dos estudantes de Campo Mourão, iniciada no começo do corrente ano, através do movimento encetado pela contratação de professores, e melhores condições de ensino, através de inúmeros atos públicos.

REQUERIMENTO N° 1211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a criação

de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a questão do abusivo preço das mensalidades escolares e as conseqüências que lançam no sistema educacional do Estado do Paraná, composta por sete membros.

Solicitando, ainda, o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, bem como os meios administrativos necessários para o bem e fiel desempenho deste termo.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento: Duílio Genari, Júlio Bifon, Luiz Henrique Bona Turra, Djalma de Almeida César, José Arthur Ritti, José Alves, Alceu Swarowski, Oswaldo Trevisan, Rossoni, Renato Adur, Domingos Carvalho, Toti Colaço, Antônio Annibelli, Luiz Carlos Alborghetti, Eurides Moura, Severino Félix, Arlindo Troian, Hermas Brandão, Costenaro Neto e Nereu Alves de Moura.

REQUERIMENTO N° 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade das invasões de terras agrícolas e urbanas ocorridas no território paranaense, composta por

Solicitando, ainda, o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, bem como os meios administrativos necessários para o bem e fiel desempenho deste termo.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

Apoiamento: José Arthur Ritti, Oswaldo Trevisan, Júlio Bifon, Renato Adur, Luiz Henrique Bona Turra, Djalma de Almeida César, Alceu Swarowski, Domingos Carvalho, Toti Colaço, Costenaro Neto, Nereu Alves de Moura, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Eurides Moura, Antônio Annibelli, Rossoni, Severino Félix, Arlindo Troian e Hermas Brandão.

REQUERIMENTO N° 1213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas da evasão de receita tributária referente a atividade de refino, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados.

Solicitando, ainda, o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, bem como os meios administrativos necessários para o bem e fiel desempenho deste termo.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoiamento: Duílio Genari, Júlio Bifon, Luiz Henrique Bona Turra, Djalma de Almei-

da César, José Alves, Oswaldo Trevisan, Renato Adur, Domingos Carvalho, Nereu Alves de Moura, Rossoni, Toti Colaço, Costenaro Neto, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Eurides Moura, Severino Félix, Arlindo Troian, Hermas Brandão e 01 ilegível.

REQUERIMENTO N° 1214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades até então presentes no cotidiano do paranaense, relativo ao denominado Jogo do Bicho e suas implicações com determinados segmentos no serviço público, composta por sete membros.

Solicitando, ainda, o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, bem como os meios administrativos necessários para o bem e fiel desempenho deste termo.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

Apoiamento: José Arthur Ritti, Nereu Alves de Moura, Júlio Bifon, Luiz Henrique Bona Turra, Djalma de Almeida César, José Alves, Duílio Genari, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski, Renato Adur, Nelson Garcia, Eurides Moura, Antônio Annibelli, Rossoni, Toti Colaço, Arlindo Troian e Costenaro Neto.

REQUERIMENTO N° 1215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades existentes na construção do Fórum de Curitiba, dada as diversas denúncias que sobre ele foram publicadas pelos jornais, bem como a visual paralisação de suas obras em flagrante prejuízo para o erário público, composta por sete membros.

Solicitando, ainda, o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, bem como os meios administrativos necessários para o bem e fiel desempenho deste termo.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

Apoiamento: José Arthur Ritti, José Alves, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski, Júlio Bifon, Duílio Genari, Renato Adur, Domingos Carvalho, Luiz Henrique Bona Turra, Djalma de Almeida César, Nelson Garcia, Eurides Moura, Rossoni, Severino Félix, Toti Colaço, Arlindo Troian, Costenaro Neto e Hermas Brandão.

REQUERIMENTO N° 1226

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, art. 36 a 38 do Regimento Interno, e com fundamento na Constituição do Paraná, art. 62, § 3º, REQUEREM seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, formada pelas representações partidárias da Casa, em número de 09 (nove) membros para no prazo de 120 dias, estudar, identificar e apurar as denúncias de falta de concorrência pública nos gastos do Governo do Estado do Paraná, com as verbas destinadas a propaganda e publicidade, na atual gestão administrativa.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoiamento: Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Ademar Tralano, Emilia Belinati, Algaci Túlio, Colombino Grassano, João Iensen, Namir Piacentini, Ernani Pudell, Luiz Carlos Alborghetti, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Nelson Justus, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Sult, Heinz Herwig e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A medida justifica-se, pois o segmento das Micro e Pequenas Empresas, face ao estado de recessão que assola a economia do País, enfrentam sérias dificuldades, devido à pesada carga tributária, incluindo impostos, taxas e contribuições parafiscais, que mensalmente são recolhidas aos cofres da União, Estados e Municípios, conforme seja a competência constitucionalmente estabelecida para instituição dos respectivos tributos. Diante de tal situação, é grande o número de empresas que estão paralisando suas atividades, por não suportarem a enorme carga tributária, que muitas vezes as levam ao estado falimentar.

REQUERIMENTO N° 1229

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-escritos vêm, perante Vossa Excelência, apresentar manifestação de solidariedade ao pronunciamento feito pelo nobre Deputado Colombino Grassano, que traz em seu inteiro teor o sentimento de parlamentares perante a forma paradoxal de tratamento dado pelo Poder Executivo a um Deputado que busca exprimir-se de forma consciente na defesa de interesses da sociedade.

A denúncia que fez o Deputado Colombino Grassano, do despreparo para o exercício da coisa pública, por parte de Secretários de Estado, avilta mais este Poder do que ao referido parlamentar.

Requer-se a sua inclusão em Ata.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(aa) NAMIR PIACENTINI

ALGACI TÚLIO

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

EMILIA BELINATI

Curitiba, quarta, em 12.05.93

PAULO MAYA

REQUERIMENTO N° 1230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio, ao Poder Executivo, do Anteprojeto de Lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o Assunto em tela.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) RENATO ADUR

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Indica o estudo pela Secretaria da Fazenda da possibilidade de isentar do ICMS a madeira oriunda de reflorestamento utilizada na construção de casa popular, visando o barateamento do custo final da obra.

Art. 1º - Ficam isentas de pagamento do tributo ICMS as madeiras oriundas de reflorestamento utilizadas na construção de casa popular;

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a matéria através de decreto.

Sala das Sessões, em

(a) RENATO ADUR

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Temos uma realidade que desvendo aos olhos que é a dos reflorestamentos existentes no Estado do Paraná. O Banestado é um dos exemplos que poderemos indicar com mais clareza.

Pois bem, as madeiras provenientes dos seus reflorestamentos estão sendo comercializadas por madeireiras e utilizadas em sua grande maioria como caixaria dado o reaproveitamento que as mesmas oferecem, como produto de 2ª categoria.

Porém, percebemos que cada vez se torna mais difícil a construção de casas dado o preço que tal material está alcançando no mercado.

Com tal isenção estará o governo do Estado dirigindo seus objetivos de forma mais acelerada, de vez que a própria COHAPIR, agora adotando, também, a casa de madeira, poderá fazê-lo de forma mais rápida a custo reduzido.

Por outro lado, a referida matéria-prima é utilizada em grande escala na Europa, EUA e Canadá na construção de unidades habitacionais com resultados extraordinários, que comprova efetivamente a sua habilidade em nosso País.

REQUERIMENTO N° 1231

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUERIM seja efetuada, com urgência urgen-

tíssima, ainda hoje, dia 12 de maio, reunião interpartidária das lideranças para avaliação e tentativa de uma composição que dê solução à crise institucional deflagrada pela aparente desarmonia entre os poderes Executivo e Judiciário e que acarretou a paralisação dos serviços de prestação de tutela jurisdicional e requebrem, ainda, a realização de Sessão Especial, amanhã, dia 13 de maio, para que se ouça em Plenário as representações convidadas de ambos os Poderes e dêem a conhecer as suas argumentações, destinando a cada uma, duas (2) horas para as respectivas explanações.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(aa) PAULO MAIA - EMILIA BELINATI

ALGACI TÚLIO - CEZAR SILVESTRI

NAMIR PIACENTINI - LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamto: BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao Poder Legislativo, através de suas lideranças partidárias mais representativas com assento nesta Casa, buscar restaurar a harmonia entre os Poderes, condição essencial à manutenção do Estado Democrático de Direito, e dar sua parcela de contribuição na tentativa de superação do impasse institucional existente entre os Poderes Judiciário e Executivo.

O Poder Legislativo não pode fugir ou omitir-se num momento grave em que o interesse público está sendo ameaçado e as próprias instituições estão tendo seus alicerces atingidos. Em sua função constitucional e prerrogativas políticas que lhe são próprias a tentativa de buscar uma solução à questão é medida que impõe-se.

REQUERIMENTO N° 1195

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para atender o pedido feito pela moradora da Rua 15 de março, n° 01, localizada na Vila Nova República - Fazendinha, quanto a colocação de manilhamento no seu terreno, tendo em vista que todo o esgoto do bairro passa neste local e como consequência há muita sujeira e mau cheiro, havendo ainda o perigo de contração de doenças. Pede urgência no atendimento, devido.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1196

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Mato Grosso, localizado no bairro de Ferraria, em Campo Largo, para que o ônibus da estrada velha faça o mesmo trajeto que o da estrada nova dentro daquela cidade. A solicitação prende-se ao fato de que muitas pessoas que utilizam-se deste meio de transporte seriam beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1202

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando verbas para o transporte escolar do Município de Ventania.

O município de Ventania, desmembrando-se de Tibagi, vem encontrando imensas dificuldades em seus setores básicos entre os quais se inclui o da Educação.

Baseados nestes princípios, solicitamos às autoridades competentes recursos urgentes para este município, para que o mesmo possa superar os problemas que encontra no início de sua vida de independente.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1203

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Presidente Kennedy - Ensino de 1° e 2° Graus, da Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado Votos de Congratulações ao Vereador João Vilmar Guimarães, do Distrito de Fernandes Pinheiro, Município de Teixeira Soares, pelos relevantes serviços prestados e pelo sucesso obtido, na promoção do Baile do Dia do Trabalhador, em favor daquela comunidade.

Fernandes Pinheiro vem evoluindo, tra-

zendo consigo o progresso e contribuindo gradativamente com parcela significativa de desenvolvimento daquele município.

Preocupados com o processo desenvolvimentista, em que pese as conquistas obtidas, carece de infra-estrutura mais adequada às reais realidades e aos desafios futuros. Neste sentido, com absoluta seriedade, o Vereador João Vilmar Guimarães, promoveu um Torneio de Futebol, um Concurso de Rainha, reunindo a beleza, o esporte, num evento de grande prestígio, finalizando com o Baile do Dia dos Trabalhadores, em prol da comunidade local. Não se intimidam diante dos obstáculos, superando com árduo trabalho, solidário, digno e produtivo, marcado pela colaboração, símbolo de prosperidade, resultado do desprendimento e do espírito fraternal. Devem ser tomados como exemplos de lições a gerações futuras.

Registre-se nos anais desta Casa de Leis, nossos votos de congratulações.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial da Habitação, solicitando a inclusão do Distrito de Guamiranga no Município de Imbituva, no Programa Casa da Família.

A necessidade atual é de aproximadamente (50) cinquenta unidades habitacionais, devido a elevação da população de baixa renda, que compromete o número de moradias necessárias para atender a real situação do município.

Neste sentido que essa Secretaria, avalie, e dê o necessário respaldo.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., consubstanciado em solicitação, para que seja viabilizada a instalação de uma agência do BANESTADO na Cidade de Maripá em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conhecendo o recém instalado município de Maripá, e a força de trabalho de sua gente, há mais de 30 anos, faz-se necessá-

Curitiba, quarta, em 12.05.93

rio e urgente a instalação de uma agência do nosso Banco do Estado do Paraná naquela cidade.

Maripá possui um povo que muito trabalha e produz riquezas que tanto auxiliaram no desenvolvimento do nosso Estado. Sempre mais quer produzir e participar ativamente para o engrandecimento do Paraná, para o que, necessita do apoio do BANESTADO.

REQUERIMENTO N° 1210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A., e ao Senhor Superintendente Regional do Paraná, consubstanciado em solicitação, para que, viabilizem a instalação de uma agência do Banco na Cidade de Nova Santa Rosa, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Nova Santa Rosa, município que há mais de 15 anos vem aguardando a instalação de uma agência do Banco do Brasil.

Trata-se de um município onde a agropecuária tem a sua exploração e produção implantada em minifúndios, considerada exemplar a sua produtividade, que soma quase que 100% a sua economia.

Por ser um município que tem a sua economia, baseada quase que exclusivamente na agricultura, onde a força do trabalho de sua gente tem elevado ano a ano a sua participação na geração de riquezas em favor da Região e do Estado.

Para incrementar e auxiliar na melhora de sua atividade, o povo clama pela agência do Banco do Brasil, que por sua política de apoio à agricultura e indústria virá contribuir enormemente para o desenvolvimento da região.

REQUERIMENTO N° 1219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor José Affonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de canchas de esportes nas localidades de Lirial e Taquarinhé, no município de Araruna.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O esporte é sem dúvida uma das poucas alternativas de lazer que os jovens residentes nas localidades do interior do Estado podem ter.

A construção de quadras esportivas nas

Curitiba, quarta, em 12.05.93

localidades acima referidas no município de Araruna, virá contribuir, indubitavelmente para o desenvolvimento pessoal dos moradores daquelas comunidades, contribuindo ainda, para a preservação dos bons valores e da disciplina, características primordiais da prática desportiva.

REQUERIMENTO N° 1220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, para que através do setor competente daquela secretaria, seja o executivo municipal de Campo Mourão, orientado sobre a transformação da sistemática de concessão nos transportes públicos municipais.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Devido a grande especialização da matéria, faz-se necessária a orientação de técnicos do Estado no setor, visto tratar-se de assunto ligado a área de engenharia de transportes.

Necessário portanto, que o município conte com o respaldo e apoio técnico do Governo do Estado, objetivando a retomada da gerência pública sobre esse importante setor na vida dos trabalhadores e usuários, mesmo que a operação continue privatizada.

REQUERIMENTO N° 1221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira Almeida, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Iretama.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Iretama, município encravado na região Centro-Oeste do Estado, apesar de dispor de uma estrutura relativamente boa, voltada à solução dos problemas básicos de saúde de sua comunidade, prescinde, ainda, de condições que lhe permitam dar atendimento a problemas da saúde mais especializados.

Tendo muitas vezes que recorrer a tais atendimentos, através de hospitais especializados de Maringá, Campo Mourão e Curitiba, por exemplo.

Entretanto, o transporte de doentes tem deixado muito a desejar, visto que o município não dispõe de ambulância para o deslocamento dos pacientes, razão pela

qual formulamos o presente apelo.

REQUERIMENTO N° 1222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação de serviço de telefones públicos na sede do município de Farol.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do município de Farol, para suas ligações telefônicas, dispõem apenas de um posto de serviço improvisado, haja vista que não há linhas ou terminais telefônicos instalados naquela cidade.

Com seis mil habitantes, já deveria ter merecido a atenção da TELEPAR, empresa dentre as que mais se destaca no ranking das comunicações e prestação de serviços telefônicos do País, contando inclusive com o sistema telefônico celular.

É inconcebível, que Farol não mereça contar com um sistema de telefonia condizente com sua realidade sócio-política e administrativa.

É inestimável o papel que o telefone desempenha no seio comunitário, principalmente, nas situações de emergência, razão pela qual a comunidade de Farol, através de seu único representante neste Poder encaminha a presente solicitação, que temos certeza merecerá a justa e esperada atenção da direção da TELEPAR, com a imediata instalação do serviço ora solicitado à cidade de Farol.

REQUERIMENTO N° 1223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a destinação de frota de ônibus escolares em número de (13) treze destinada ao atendimento dos serviços comunitários de educação básica, no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A anterior administração municipal de Campo Mourão, mantinha contrato com empresa privada destinada a tal finalidade.

Entretanto, a realidade econômica atual vivida pelos senhores prefeitos municipais, onde a grande maioria dos municípios encontra-se endividada, sem recursos mínimos para atendimento a outras prioridades inviabilizam tal política.

Segundo levantamento técnico, o município de Campo Mourão necessita de treze ônibus para atendimento do transporte de escolares, cuja manutenção e abastecimento poderá ser custeada pela própria comunidade.

Trata-se de serviço atualmente interrompido, com enormes prejuízos sócio-econômicos, pois, a sistemática anterior, onde a prefeitura subsidiava o serviço privado de transporte escolar, é uma das responsáveis pela derrocada financeira dos cofres públicos do município.

Assim sendo, espera-se que o Governo Estadual venha a custear a implementação dessa frota de veículos, devolvendo o conforto da população escolar, principalmente a das áreas rurais.

REQUERIMENTO N° 1224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Homero Morinobu Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando o estudo e a viabilização de política, que permita ao município de Campo Mourão através de sua administração municipal, a gerência pública dos serviços de limpeza urbana, com operação privada.

Sala das Sessões, em 12.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Através do documento oficial nominado projetos municipais que necessitam apoio estadual, formulado pela administração municipal de Campo Mourão, tomamos conhecimento que, atualmente, aquele município dispende, mensalmente, elevado valor na remuneração de serviços privados de limpeza urbana e coleta de lixo.

Estudos realizados dão-nos conta de que, seriam necessários 04 caminhões com equipamentos de compactação, uma balança para pesagem dos feixes de lixo, implementos para compactação de aterro sanitário no atual lixão e demais equipamentos, que viabilizariam a gerência pública desse serviço, repassando somente a operacionalização do mesmo à empresa privada.

Sem o atendimento da presente solicitação, será mantida a atual sistemática, onde os preços da limpeza pública são impostos às administrações municipais, por um grupo de empresas que atuam no ramo, com graves ônus do erário público, e a inviabilização por parte dos executivos municipais de outros importantes serviços à comunidade.

A estimativa para viabilização da presente iniciativa é da ordem de Cr\$ 12.800.000.000,00, o que a nível de

Curitiba, quarta, em 12.05.93

orçamento do Estado é de mínima representatividade.

REQUERIMENTO N° 1197

Senhor Presidente.

A Comissão de Saúde Pública, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 035/93, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Artigo 28, Inciso XIII combinado com o Artigo 131 ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne V.Exa. encaminhar à Secretaria de Saúde Pública, para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca do aspecto da matéria.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1198

Senhor Presidente.

A Comissão de Saúde Pública, por seu Presidente e Relator dos Projetos de Lei n°s. 051/93 e 064/93 ao final subscritos, REQUER, na forma previsto pelo Artigo 28 Inciso XIII, combinado com o Artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne V.Exa., encaminhar à Secretaria de Saúde Pública, para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matérias.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1225

Senhor Presidente.

A Comissão de Saúde Pública por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 035/93, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Artigo 28, Inciso XIII combinado com o Artigo 131 ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne V.Exa., encaminhar à Secretaria de Saúde Pública, para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca do aspecto da matéria.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1228

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam transcritos nos Anais do Poder Legislativo os artigos "De Poderes, Ditadores e Greves", "Judiciário tem que Ser Independente" e "Crise do Terrão dos Deuses", de autoria do Deputado Estadual Algaci Túlio, do Senador Luis Alberto Martins de Oliveira e do advogado Renato Requião, respectivamente, publicados na imprensa paranaense.

De forma lúcida e muito oportuna os

autores dos artigos supramencionados vêm abordar a importância do Poder Judiciário, do respeito e da harmonia entre os Poderes do Estado e da necessidade de uma solução conciliadora para o impasse criado com a greve dos Magistrados do Estado do Paraná, diante da posição adotada pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, com relação às condições de trabalho para a magistratura.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência aos Srs. Desembargadores do Estado do Paraná e ao Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) PAULO MAIA

PROJETO DE LEI N° 182/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL - REGIONAL PARANÁ, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e com representação no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de utilidade pública a representação estadual da FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL - REGIONAL DO PARANÁ, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e instalada na Cidade de Curitiba, na BR 116, Km 98, n° 10.546.

A Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, dispõe em seu art. 1° que as entidades constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, podem ser declaradas de utilidade pública, o que é o caso em questão.

Dentre os objetivos elencados no Estatuto da Fundação, em anexo, destacamos que se propõe a promover a educação integral das classes desfavorecidas, bem como o desenvolvimento espiritual e o bem-estar social de regiões marginalizadas no País. Daí a importância de se declarar esta entidade de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI N° 183-93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída a Política Estadual de Habitação com os objetivos de:

I - articular, compatibilizar e apoiar a atuação dos órgãos e entidades que de-

sempenhem funções na área habitacional;

II - facilitar e promover o acesso à habitação para a população de baixa renda, implementando, inclusive, política de subsídios.

Art. 2° - A estruturação, organização e atuação da Política Habitacional deverá observar as seguintes diretrizes:

I - prioridade para programas e projetos habitacionais que contemplem a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda;

II - democratização e transparência de procedimentos e processos decisórios como forma de permitir o acompanhamento, pela sociedade, de sua ação;

III - economia de meios, racionalização de recursos e auto-sustentação econômico-financeira;

IV - regras estáveis, simples e concisas;

V - adoção de mecanismos adequados de acompanhamento e controle do desempenho dos programas habitacionais.

VI - emprego de formas alternativas de produção e acesso à moradia;

VII - integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento e nos demais serviços urbanos;

Art. 3° - Para efeito desta lei, considera-se habitação de interesse social:

I - programas habitacionais destinados ao segmento da população cuja renda não ultrapasse a 08 (oito) vezes o salário mínimo vigente no País;

II - programas habitacionais definidos por: construção de moradias; execução de lotes urbanizados dotados de infra-estrutura; urbanização de favelas; aquisição de materiais de construção, reformas e recuperação de unidades habitacionais; aquisição de moradias através de consórcio; regularização fundiária; habitação rural; intervenção em habitações coletivas.

Art. 4° - A execução da Política Estadual de Habitação será de responsabilidade do órgão Estadual na área de habitação COHAPAR, (ou órgão do poder executivo a ser criado), integrada as políticas municipais de habitação mediante a formalização de convênios.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 5° - Fica criado o Conselho Estadual de Habitação órgão superior, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão estadual da área de habitação.

Art. 6° - Ao Conselho Estadual de Habitação compete-lhe:

I - aprovar as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como fixar prioridades para o cumprimento da Política Estadual de Habitação;

II - analisar e propor programas de alocação de recursos do Fundo Estadual de Habitação na área de habitação, em consonância com a Política Estadual de Habitação, assim como acompanhar e fiscalizar a gestão desses recursos de acordo com o resultado e desempenho das aplicações realizadas;

III - acompanhar e avaliar previamente todos os projetos habitacionais a serem implantados, bem como fiscalizar o processo de execução dos empreendimentos realizados e em andamento, cabendo-lhe inclusive, propor ao agente promotor e financeiro a suspensão do fluxo de recursos, caso haja constatação de irregularidades ou o descumprimento dos princípios e normas estabelecidos pela Política Estadual de Habitação;

IV - avaliar e redirecionar, alterar ou modificar as diretrizes ou condução da política habitacional, de acordo com as recomendações e pareceres fundamentados pelo órgão estadual na área de habitação;

V - estabelecer a política de subsídios e determinar critérios para retornos de parcela de investimentos, fixando condições para repasse de recursos e financiamentos não contemplados por esta lei;

VI - estabelecer critérios para distribuição e aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação para os municípios, além de aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos a serem apresentados pelos órgãos municipais da área de habitação aprovados pelos Conselhos Municipais de Habitação para a utilização desses recursos;

VII - constituir assessoria através de grupos técnicos, comissões especiais temporárias ou permanentes, quando julgar necessário, estando facultado o requisito de funcionários da administração estadual;

VIII - elaborar seu regimento interno e submetê-lo à aprovação dos membros do Conselho Estadual de Habitação para sua regulamentação através de decreto.

Art. 7º - Cabe ainda ao Conselho Estadual de Habitação atribuições quanto ao estabelecimento das diretrizes da Política Estadual de Habitação como:

I - fixar os parâmetros e condições para garantir a qualidade mínima da moradia e padrão construtivo mínimo, com metragem útil de 44m² no mínimo, com terreno de 200m² no mínimo, e testada mínima de 10m.

II - estabelecer a planilha de custo para a construção de unidades e conjuntos habitacionais, fixando o valor máximo a

ser pago pelos agentes promotores conforme a peculiaridade de cada programa ou região;

III - fixar critérios para admissão de agentes promotores e candidatos a financiamento;

IV - fixar critérios de prioridades para atendimento da demanda habitacional para aqueles municípios que apresentarem o maior índice de déficit habitacional e o maior custo de mercado na locação de imóveis.

V - priorizar projetos que compatibilizem a relação - redução final dos custos da moradia; diversidade dos projetos arquitetônicos; melhor padrão construtivo; maior área construída; atendimento às necessidades individuais das famílias; proximidade com o centro urbano; infra-estrutura básica (contrapartida da prefeitura); serviços coletivos essenciais;

VI - serão beneficiadas e atendidas as famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacional; desta forma realizado e mantido pelo órgão estadual da área de habitação cadastro de controle com base em relatórios e informações mensais a serem obrigatoriamente enviados a este órgão pelos agentes promotores e financeiros, objetivando expedir certidão comprobatória quanto ao atendimento do beneficiário, positiva ou negativamente; o referido cadastro incluirá todas as pessoas que já tiveram ou têm acesso como beneficiárias dos programas habitacionais;

§ 1º - constitui-se obrigatoriamente a exigência da certidão comprobatória para todos os agentes promotores de habitação popular a que se refere ao caput deste parágrafo;

§ 2º - os agentes promotores que deixem de atender a obrigação de prestar informações ao cadastro do órgão estadual da área de habitação, terão suspensos os repasses de recursos para a realização de novos projetos habitacionais; no cumprimento de tal obrigação deixará de vigorar o referido efeito suspensivo;

§ 3º - realizar, através do órgão estadual da área de habitação cadastro prévio das empresas loteadoras, loteamentos autônomos, construtoras e incorporadoras que pretendam atender à população de baixa renda do Estado, informando o número de lotes e sua área individual produzidos; infra-estrutura disponível e unidades habitacionais com as respectivas áreas unitárias; estas informações serão requisitos para a obtenção de certidão comprobatória que autoriza a aprovação do loteamento de averbação do mesmo junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

VII - para o cumprimento das funções do Conselho Estadual de Habitação será ga-

rantido o acesso às informações da movimentação mensal dos recursos disponíveis e as previsões de arrecadação e aplicação, de modo a lhe permitir reavaliar sistematicamente os programas e projetos habitacionais promovidos pelos agentes promotores e financeiros, bem como orientar a distribuição de recursos, quando for o caso.

Art. 8º - O Conselho Estadual de Habitação será presidido pelo Titular da Pasta Estadual da Área de Habitação e será constituído pelos seguintes membros:

I - Secretário Estadual da Área de Habitação ou Presidente do Órgão Estadual da Área da Habitação;

II - um (01) representante do Ministério Público Estadual;

III - um (01) representante da Associação Paranaense dos Municípios;

IV - três (03) representantes do Governo Estadual na área de habitação ou áreas correlatas;

V - três (03) representantes do Movimento Popular vinculados à luta pelo acesso à moradia;

VI - um (01) representante do Movimento de Defesa dos Mutuários;

VII - dois (02) representantes das Centrais Sindicais de Trabalhadores.

§ 1º - Os membros do Conselho Estadual de Habitação e seus respectivos suplentes, serão nomeados após indicação de seus respectivos fóruns ou pelo Governador do Estado, quando for o caso, num prazo de 30 dias a partir da publicação desta lei.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Estadual de Habitação será de dois anos, podendo ser reconduzido, de imediato, uma única vez;

§ 3º - O exercício das funções dos membros do Conselho Estadual de Habitação não será remunerado, sendo porém, considerado como de serviço público relevante.

Art. 9º - O Conselho Estadual de Habitação reunir-se-á, ordinariamente, a cada 60 (sessenta) dias, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

I - As matérias aprovadas em plenário passarão a constituir subsídios para elaboração da política estadual de habitação.

CAPÍTULO III

DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 10º - Fica instituído um fundo especial de natureza contábil denominado Fundo Estadual de Habitação, administrado pelo Órgão Estadual da Área de Habitação e depositado no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, com os seguintes objetivos:

I - centralizar os recursos destinados

às atividades habitacionais de interesse social no Estado;

II - custear a produção de unidades habitacionais, de lotes urbanizados, aquisição de materiais de construção e estimular a utilização de processos alternativos para a melhoria e barateamento da produção das unidades habitacionais;

III - estabelecer uma política de subsídios.

art. 11 - Constituirão recursos do Fundo Estadual de Habitação;

I - dotação orçamentária do Estado, através da alíquota de 1% do ICMS;

II - recursos captados de entidades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação, do Fundo de Desenvolvimento Social e congêneres;

III - prestações e retornos decorrentes de empréstimos, financiamentos, convênios e outros contratos, conforme política financeira de subsídios do Fundo Estadual de Habitação;

IV - contribuições, doações e convênios de financiamento de organismos internacionais de cooperação;

V - rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI - contribuições e doações de pessoas jurídicas de direito público e privado;

VII - quaisquer outras rendas eventuais.

Parágrafo Único - Os recursos previstos neste artigo, para sua aplicação, respeitarão aos princípios e normas definidores das diretrizes da política estadual de habitação aprovados pelo Conselho Estadual de Habitação.

CAPÍTULO IV

DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 12 - Todas as aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Habitação terão por objeto fundamentalmente, o acesso à habitação, observados os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) no mínimo dos recursos serão atribuídos aos pretendentes com renda de até 05 salários mínimos;

II - Os recursos remanescentes serão atribuídos aos candidatos com renda de 05 (cinco) até 08 (oito) vezes o salário mínimo vigente no País.

III - O Conselho Estadual de Habitação fixará para cada município do Estado, de acordo com os dados das necessidades habitacionais e programas por ele apresentados, os percentuais mínimos de aplicação de recursos por faixa de renda familiar.

IV - Os recursos de que trata este ar-

tigo serão direcionados a programas e projetos habitacionais que tenham como agentes promotores prioritariamente ao órgão estadual da área de habitação; aos órgãos municipais da área de habitação (COHABs, secretarias, departamentos, diretorias), cooperativas habitacionais vinculadas a organizações comunitárias, associações de moradores, associações de pequenos produtores rurais, sindicatos de trabalhadores, cadastrados no Conselho Estadual de Habitação.

Art. 13º - Aos municípios que constituírem seu Conselho Municipal de Habitação e Fundo Municipal de Habitação que forneçam contrapartida aos recursos fornecidos pelo Fundo Estadual de Habitação e viabilizem programas e projetos habitacionais executados diretamente pelo órgão municipal da área de habitação em consonância com diretrizes da política estadual de habitação, será dada prioridade de acesso aos recursos de que trata esta lei.

Art. 14º - Da política de subsídios os critérios estabelecidos para aplicação dos recursos são os seguintes:

I - assegurar que os investimentos realizados tenham retorno ao Fundo Estadual de Habitação;

II - a proporcionalidade entre a renda e o subsídio;

III - o subsídio seja concedido à família;

IV - a diminuição dos custos finais da moradia repassados ao valor dos financiamentos e às prestações do mutuário como custos de obras, encargos financeiros, taxas, emolumentos, seguros e outros.

V - em caso de desemprego involuntário ou de comprovação de não possuir renda mínima para sua subsistência, os beneficiários desta lei e os atuais mutuários do sistema financeiro vinculados ao órgão estadual da área da habitação, poderão requer a suspensão do pagamento das prestações por um prazo de 06 (seis) meses, a cada período de 36 (trinta e seis) meses, ficando as parcelas suspensas automaticamente transferidas para o saldo devedor.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º - O Conselho Estadual de Habitação deverá ser instalado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 16º - Fica autorizado o Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente Lei, a dotar de recursos orçamentários o Fundo Estadual de Habitação.

Curitiba, quarta, em 12.05.93

Art. 17º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO, ERNANI PUDELL,
NILTON BARBOSA, TOTI COLAÇO,
DOMINGOS CARVALHO, DOUTOR ROSINHA,
OVÍDIO CONSTANTINO, DIRCEU MANFRINATO,
COLOMBINO GRASSANO, JOSÉ ARTHUR RITTI,
CEZAR SILVESTRI, NEIVO BERALDIN,
ANIBAL KHURY, NEREU ALVES DE MOURA,
CARLOS SIMOES, ERONDY SILVÉRIO,
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, HEINZ HERWIG,
MÁRIO BEZERRA, ROSSONI, ARLINDO TROIAN,
PAULO MAIA, ANTÔNIO ANNIBELLI;
EURIDES MOURA, JÚLIO BIFON,
ADEMAR TRAIANO, DUÍLIO GENARI,
SEVERINO FÉLIX, ALCEU SWAROWSKI,
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, OSWALDO TREVISAN
BASÍLIO ZANUSSO, RENATO ADUR e
NAMIR PIACENTINI.

PROJETO DE LEI Nº 184/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso I do artigo 4º da Lei nº 8.084, de 05 de junho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º -

I - do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, quanto às saídas de mercadorias, incidente sobre o consumo de energia elétrica, telefone e água e ao fornecimento de alimentação que realizarem".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoio: Heinz Herwig, Colombino Grassano, Basílio Zanusso, Ernani Pudell e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A medida justifica-se, pois o segmento das Micro e Pequenas Empresas, face ao estado de recessão que asola a economia do país, enfrentam sérias dificuldades, devido a pesada carga tributária, incluindo impostos, taxas e contribuições parafiscais, que mensalmente são recolhidas aos cofres da União, Estados e Municípios, conforme seja a competência constitucionalmente estabelecida para instituição dos respectivos tributos.

Diante de tal situação é grande o número de empresas que estão paralisando suas atividades, por não suportarem a enorme carga tributária, que muitas vezes as levam ao estado falimentar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra

ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná perdeu, ontem, uma grande oportunidade de colocar o nosso Estado numa posição muito importante na área da ciência e da tecnologia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, falo isso com relação a votação que nós tivemos ontem, nesta Casa, do Veto colocado pelo Sr. Governador, Roberto Requião de Mello e Silva, ao Projeto que regulamentaria o artigo 205 da Constituição Estadual, instituindo o Concitec como órgão gestor dos recursos de 2% da Receita Tributária do Estado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, deveria colocar fim a uma novela iniciada há mais de três anos, quando a Carta Estadual foi aprovada. Desde aquela data, um grupo representativo da pesquisa científica e tecnológica do Paraná esteve permanente e preocupadamente reunido para não apenas regulamentar o dispositivo em tela, mas principalmente criar mecanismos para retirar o nosso Estado da posição retardatária no setor, considerando os avanços obtidos em outros Estados do País.

O Paraná é o único dentre os maiores Estados Brasileiros que ainda não regulamentou o seu órgão gestor de Política Científica e Tecnológica. Esse atraso é irresponsável e vergonhoso!

Tenho certeza que todos os Srs. Deputados compreendem a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico e social do estado, e inclusive por isso, deram seus votos favoráveis ao Projeto que regulamenta o Artigo 205, aprovado por unanimidade por esta Assembléia.

O Projeto que o governador vetou não é meu, não é da Deputada Emilia Belinati, não é do Executivo, não é da Assembléia. É do Estado do Paraná.

E falo isso sem medo de incorrer em erro ou demagogia. Dificilmente outra proposição circulada por este poder terá resultado de uma discussão tão séria e responsável com todos os setores envolvidos na matéria.

Nada menos do que trinta e seis entidades, das mais representativas, apoiaram a realização de um seminário nesta Casa, em novembro do ano passado, para discutir ciência e tecnologia.

Universidade Federal do Paraná; Universidade Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa; UNIOESTE-FACIMAR, FACITOL, FECIVEL e FACISA; FIEP; FAEP; IAPAR; Centro Nacional de Pesquisa da Soja-EMBRAPA; Centro Nacional de Pesquisa de Florestas-EMBRAPA; FETAEP; FETIEP; Conselho Regional de Farmácia; Conselho Regional de Bio-

logia; Sociedade Brasileira de Geologia; Sociedade Brasileira de Química; Sociedade Brasileira de Análises Clínicas; Associação de Biólogos do Estado do Paraná; Associação Nacional de Pós-Graduandos; Associação dos Docentes da UEL; Sindicato dos Professores de Londrina; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa; Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior do Oeste do Paraná; Associação dos Servidores Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa; DCE da UFPR; Associação dos Servidores da UFPR; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá, Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento e Pesquisa de Londrina; Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Associação Paranaense de Empresas de Biotecnologia; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, concluíram que a não regulamentação do Artigo 205, nos moldes propostos pelo Projeto de Lei nº 312/91, implicaria em maiores atrasos e prejuízos para o Paraná na área de ciência e tecnologia.

A proposta não nasceu do nada, Srs. Deputados, foi fruto da discussão de toda a comunidade, inclusive das suas regiões.

E a Assembléia compreendeu isso quando aprovou o Projeto de Lei nº 312. A Comunidade Científica e Tecnológica do Paraná destacou o papel deste Poder, aprovando a matéria de forma lúcida e coerente com a responsabilidade de um Legislativo preocupado com o futuro do Estado.

Tudo isso não foi suficiente para sensibilizar o Governador do Estado e da análise do seu veto só podem restar duas conclusões: ou agiu de extrema má-fé ou não respeita os seus assessores e líderes nesta Casa.

O Deputado Orlando Pessuti, hoje presidente desta Casa, era líder do Governador quando o projeto foi discutido e participou, com sua assessoria, das reuniões que resultaram na redação final do projeto. Foram suas as Emendas que hoje o Governador acusa serem inconstitucionais, como a vinculação de 50% dos recursos do Concitec para investimentos em Instituições Estaduais de Pesquisa. Na redação original do Projeto 312/91 isto não constava. A introdução desse dispositivo, que o Governador presume que garanta outros 50% de recursos para entidades privadas, nasceu de acordo entre o próprio Governador e seu líder nesta Casa, à época, o Deputado Pessuti.

Quanto às demais argumentações do veto são todas falhas, vazias, inéptas. Falar de sistema presidencialista num veto sobre um Projeto de Ciência e Tecnologia é, no

mínimo, confusão, naturalmente que ele não pode ter natureza meramente consultiva como quer o Governador. Sua vontade - feliz ou infelizmente - não tem amparo no dispositivo que se tentava regulamentar.

Também engano do Governador que o projeto incluía compulsoriamente representantes de entidades civis no CONCITEC, porque a composição do conselho está disciplinada no Artigo 205 da Constituição e, portanto, os representantes dos segmentos envolvidos com ciência e tecnologia não podem ser buscados em outro lugar que não as suas entidades representativas. Também é errado dizer que estão sendo incluídos compulsoriamente. Não sabe (ou não quer saber) o Governador que a composição resultou de discussão ampla e democrática com todos esses segmentos.

Aliás, essa prática é que deveria ser adotada pelo Executivo para discussão e execução das políticas do Estado. E que agora a questão do Judiciário, da Magistratura do Paraná.

Dizer que a composição do CONCITEC é inconstitucional é dizer que o que está na constituição não é verdadeiro. Que tudo trata-se de uma brincadeirinha.

E as coisas não podem ser tratadas assim.

Na ânsia de produzir argumentos para justificar seu veto, o Governador entrou em clara e profunda contradição. Anteriormente, disse que o projeto não poderia ter vinculado recursos para pesquisas de entidades públicas, mas no item 03 de seu veto diz que esses recursos devem ser vinculados.

Gol contra, Governador.

Sobre a discussão se a receita é tributária ou orçamentária, só posso recomendar ao Governador que leia o Artigo 205 da Constituição Estadual. Está lá, escrito com dez letras:

T R I B U T Á R I A:

Como se vê, tudo que o Governador argumentou é produto e reflexo da sua vontade; do seu entendimento das coisas; da sua leitura particular da constituição e até das presunções sobre aquilo que porventura alguém possa querer fazer se a lei não disser textualmente aquilo que ele próprio acredita.

Assim fica impossível legislar.

Por isso, Sr. Presidente, como disse no início, a votação de ontem dará fim à novela do Projeto 312, mas não necessariamente à questão científica e tecnológica porque mantido o veto, como foi, a população do Paraná perecerá pelos votos inconscientes dados ontem aqui. Havendo derubada do veto, o atraso da pesquisa paranaense.

O voto do Deputado que infelizmente

não acompanhou este pensamento, esta síntese do projeto, deu o passaporte do Paraná para o atraso na pesquisa e tecnologia.

Lamentavelmente, arcaremos com a responsabilidade de deixarmos o Estado do Paraná atrasado no setor da Ciência e Tecnologia, coisa que não ocorre com os maiores centros deste País. Haveremos de voltar, Deputada Emilia Belinati, a lutar pelo Concitec sim, porque é um dever e uma obrigação desta Casa e, acima de tudo, do Governo do Estado, respeitar e decidir pelas coisas corretas, sabendo que a Ciência e Tecnologia é fundamental para o crescimento, para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sou habitual freqüentador desta tribuna. Quando aqui compareço, é porque um motivo muito grave faz com que use esta tribuna, exercitando com toda a liberdade e responsabilidade o meu mandato de Deputado Estadual. Não fui eleito pelo Governo do Estado, não fui eleito por uma Região, represento os sentimentos maiores da população paranaense.

Não tenho idade, Sr. Presidente, e tenho um passado, não tenho idade para receber ataques infundados. Não posso ser vítima de comportamentos indevidos de Secretários de Estado que agredem a Deputados, que não respeitam as pessoas e por esta razão devem receber um tratamento todo especial. Votei, Sr. Presidente, em V.Exa. e V.Exa. tem para com esta Assembléia Legislativa um compromisso muito grande porque há décadas que não se elege no regime democrático um Presidente quase com unanimidade de todos os Deputados que compõem esta Casa Legislativa. A responsabilidade de V.Exa. é preservar os direitos desta Casa, e preservar, acima de tudo a independência, e preservar os direitos de todos os Srs. Deputados.

V.Exa., Sr. Presidente, que merece o meu irrestrito respeito e a minha solidariedade, solidariedade que levei pessoalmente a V.Exa. no seu Gabinete, após a sua eleição para demonstrar que nós estávamos pensando no Paraná na Assembléia Legislativa. Esta posição de V.Exa. faz com que nós nos tornemos homens independentes nesta Casa, sob a sua proteção, sob a orientação, porque V.Exa. haverá de passar nos Anais desta Casa como Presidente que defendeu esse Poder, ou então jamais gostaria de um Presidente omissos no trato da coisa pública e na defesa dos mais altos

interesses da Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Recebi, através de expediente assinado pelo digno Deputado Primeiro Secretário Anibal Khury, em resposta ao apelo feito através desta Casa ao Sr. Governador, para que viabilizasse a construção de casas populares em mínimo acima do prometido no orçamento de 93, cópia do protocolo 1.288.380 - 3, assinado por Mauro Rocha, intitulado no ofício como "Chefe da Casa Civil Substituto", dando contas da sua posição - não do Governador (SIC) - sobre o assunto.

Como comentário inicial a esta matéria, mais demorada do que difícil, sobre documento cuja única e profunda significação está precisamente no que não diz, cabe dizer que o Sr. Governador já conseguiu uma parte do seu objetivo.

Dizer que, nesta Assembléia, é uma anomalia Deputados que não rezam pela sua cartilha solicitarem o que quer que seja.

Sai da leitura desse expediente convencido da desconfiança que tinha há muito tempo, de que estamos diante de um processo de transformação do Paraná num feudo de Requião e seus apaniguados.

E digo isso porque enxergo nessa resposta um vislumbre do totalitarismo de opinião para quem não aceita submissão política.

Não há quem cumprindo seu mandato possa concordar com o assédio do vexame, o cerco do ódio profissional sem que suas reservas de serenidade se esgotem.

Torno a dizer que um subalterno do Governo que diz Secretário da Habitação - ao pedido que esta Assembléia fez, enviou diretamente à mim, malcriado e mal - educado ofício - resposta produto de sua má criação e educação social que foi por mim devidamente rechaçado e devolvido através de expediente que encaminhei a V.Exa. Sr. Presidente, e V.Exa. deve ter entregue ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Vem agora, repito - não o Sr. Governador - mas sim o substituto da Casa Civil - encaminhar fotocópia de trechos daquele malcriado ofício como se se orquestrasse uma campanha de intimidação e desmoralização organizada e desencadeada pelas bocas insensatas dos áulicos do Poder Executivo, contra um Deputado da oposição.

Tem mais.

Através do ofício 24/93, de 30 de março encaminhei ao Governador cópia do grosseiro e malcriado ofício que recebi de Luiz Claudio Romanelli, Secretário da Política Habitacional, por achar que o Governador nada tinha a ver com a insensatez do seu secretário.

Com a resposta que me refiro creio que me enganei.

O atual Executivo é uma versão moder-

nizada da opressiva oligarquia que domina o Paraná há mais de 6 anos.

Isto acabará.

Ter razão, às vezes, é mais importante que ganhar na hora. Porque é certo, que o gosto da verdade chegará um dia, para ficar definitivamente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ninguém nesta Casa falou sobre a demissão do Diretor do DETRAN, Dr. Francisco Deliberador Neto, homem que conheço há mais de trinta anos; nunca pertenceu ao meu partido e nunca foi meu companheiro de campanhas eleitorais. Acompanho-o porque fui ligado a sua família, aos seus tios, fundadores do Município de Sertãoópolis, cuja passagem pelo município foi marcada pelo trabalho, por dignidade e por honra-dez.

Os homens sérios deste Governo são demitidos e não são defendidos.

Ontem, assisti atônito, preocupado, vi, ouvi pela televisão, no canal mais importante deste País, a um anúncio do Governo do Estado fazendo um paralelo dos vencimentos dos Senhores Desembargadores com engenheiros e professores, como se o Poder Judiciário tivesse que fazer paralelo. Eu me perguntei: não estaria o Senhor Governador do Estado orquestrando toda essa campanha nessa antevéspera do seu julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral quando todas as indicações apontam para a sua condenação; S.Exa. estaria orquestrando esse movimento nacional contra o Poder Judiciário para que, sendo julgado, sendo punido por crime de peculato eleitoral no caso Ferreirinha, venha alegar amanhã que seria represália por não oferecer os vencimentos condignos à Magistratura?

E vejo que o Senhor Governador não Governa em Curitiba; governa do Hotel Mofarrej de São Paulo, de onde mandou para o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa uma alteração na Mensagem 007 excluindo os artigos 1º e 2º. É muito bom administrar o Paraná de um hotel cinco estrelas em São Paulo.

E nós estamos, assim, assistindo, atônitos, a uma administração que discrimina, a uma administração que separa município, que separa homens dignos, homens responsáveis.

Jamais usei a tribuna dessa Assembléia Legislativa para trazer picuinhas do meu município, para dizer qualquer coisa que relacionasse com política municipal. E jamais, também, usei desta tribuna para me referir a assuntos que não fossem do interesse do Estado, dentro dos limites do Estado, porque sei da minha competência, sei de onde vai o meu direito de crítica e de reivindicação, porque termina na divisa do Estado de São Paulo com a divisa de Santa Catarina e com os nossos países circunvi-

zinhos. Sei, portanto, da minha responsabilidade.

Sofri Senhor Presidente, esta Casa sofre e o Paraná sofre, uma discriminação durante esses dois anos, onde o meu município não recebeu sequer um centavo, nem empréstimo do PEDU, que lhe foi negado. Este PEDU que vai fazer a desgraça e a falência dos municípios do Paraná, porque estão fazendo financiamento, estão fazendo parcerias, para que o governo receba depois os frutos da parceria, através da Saneapar de água e esgoto e o município fica com os encargos do empréstimo do PEDU. A parceria é altamente prejudicial aos interesses do Paraná e dentro desse clima eu queria aqui nesse dia fazer valer a minha voz, de quem está preocupado com o futuro deste Estado, onde vê o judiciário afastado, onde vê o judiciário espremido, onde vê o judiciário diminuído, mas vê também a Assembléia Legislativa totalmente omissa.

Omissa porque, dois ou três não falam em nome desta Casa. Quem fala em nome desta Assembléia Legislativa em tom oficial é o Senhor Presidente, mas depois de ouvir a Assembléia Legislativa. Dois não falam por esta Casa e se dois ou três estão falando não representam o nosso pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última quinta-feira na Biblioteca Pública Municipal, juntamente com outros Senhores Parlamentares, tivemos a oportunidade de ouvir um debate sobre a verdade a respeito de Campo Bonito.

Este fato que lamentavelmente levou tristes notícias do Estado do Paraná ao País inteiro e até a outros países quando do assassinato de três policiais militares e de um líder do movimento sem-terra do Estado do Paraná.

Hoje à noite novamente se repete este debate e essa exposição no auditório da Casa do Jornalista, Rua José Loureiro ao lado da Caixa Econômica - Praça Carlos Gomes, para o qual estamos convidando os Senhores Deputados que queiram e que possam comparecer, para assistir o outro lado da verdade, inclusive a Comissão Especial.

Foi público e notório na imprensa do Paraná de que duas versões foram colocadas no ar sobre o problema de Campo Bonito e algumas questões estão a ser respondidas.

Questões como: por que os sem-terra que no dia do confronto já haviam recebido sem problemas o delegado de Campo Bonito e um PM fardado armariam uma emboscada para

matar os outros policiais?

Por que o Decreto 643 do Governador, assinado em 91 que proíbe a presença de Polícia Militar nas áreas de conflitos foi desrespeitado? Por que o mesmo Governador ouvindo apenas a versão da Polícia Militar incitou uma caçada aos sem-terra? Por que o Teixeira uma pessoa conhecida na região sem passagem pela polícia foi convertido num perigoso bandido e pistoleiro?

Por que os três policiais à paisana não se identificaram e reagiram à revista sacando as suas armas no momento?

Estas foram dúvidas colocadas, Senhor Presidente, Senhores Deputados e que inclusive consta nesta fita por um Senhor Joaquim de Freitas, pai do sargento Vicente, um dos policiais mortos, quando o pai do mesmo declarou!

"Eu estava convencido que os sem-terra eram culpados pela morte do meu filho.

Agora eu tenho dúvidas. Não estudei as leis, mas acho que o correto era o Comando ter mandado os policiais fardados para os sem-terras não pensarem que eram pistoleiros a mando dos fazendeiros", afirmou Joaquim de Freitas, pai do Sargento morto no conflito.

Hoje, às 19:30 horas, na Casa do Jornalista, como já disse, estará sendo lançado novamente o que já foi feito na Biblioteca Pública Municipal, um tablóide onde conta o outro lado da história, como também a fita, uma fita de vídeo produzida pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Paraná, com o título: Campo Bonito, a verdade brota do povo.

Nós queremos transmitir aqui aos Senhores Deputados o pedido do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra, que esta fita se encontra à disposição, não para doar como o Governador o fez, segundo informações não sei de onde recursos, mas que foram distribuídas mais de três mil fitas daquela versão oficial sobre o caso de Campo Bonito.

A Comissão Pastoral da Terra e o MST estão colocando à disposição de toda a sociedade paranaense que vai ver o outro lado da história numa fita de 32 minutos, onde conta a verdade, a outra verdade, ou a outra versão e nós gostaríamos que todos os Senhores Deputados pudessem ter acesso adquirindo esta fita para analisar o outro lado da história e assim podermos ter uma opinião, analisando os dois lados e não apenas um, e principalmente aquele passado oficialmente, principalmente pela imprensa regional, aparentemente parcial (sic) ao caso e que provavelmente com esta outra versão e também o caso da Comissão do Ministério da Justiça possa se ter apurada realmente as verdades sobre Campo Bonito.

A partir das 19:30 horas, hoje, na

Casa do Jornalista será lançado este material e a sociedade do Paraná está convidada a participar, debater, ver e ouvir as duas versões do debate sobre o caso do Teixeira e o caso de Campo Bonito, a morte dos policiais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças:

Partido Progressista (Declina)

Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Senhor Carlos Mosconi, Presidente do Inamps declarou recentemente na Folha de São Paulo que 30 a 40% dos recursos repassados pelo Inamps ao serviço público vão para o esgoto, declaração literal do Sr. Carlos Mosconi.

E disse o Sr. Carlos Mosconi que quem mais fraudou o Inamps são os Governos estaduais e classificou o Paraná em 5º lugar em fraude, conforme publicação na Folha de São Paulo.

A Gazeta do Povo de hoje traz uma manchete: Auditoria vê prejuízo de 4 trilhões no Inamps. E o Estado do Paraná classificado em 5º lugar com 268 bilhões de fraudes. O Governo do Estado do Paraná fraudando a Previdência Social em 268 bilhões de cruzeiros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ultimamente temos lido na imprensa, a nível nacional, que o Presidente do Partido Progressista, ex-Governador Álvaro Dias, está negociando dois Ministérios para dar apoio ao Governo Itamar Franco. Um dos Ministérios é o da saúde e fala-se na indicação do ex-Secretário Estadual de Saúde, Dr. Delcino Tavares. De acordo com a auditoria feita pelo Tribunal Especial do Inamps do Estado do Paraná, o Sr. Delcino Tavares lesou o Inamps em dois bilhões, duzentos e noventa e oito milhões de Ufirs, o que corresponde a milhares e milhões de cruzeiros, ou seja, bilhões de cruzeiros. Isso foi desvio no período em que Delcino Tavares exercia a Secretaria Estadual de Saúde e por essa razão, entre outras razões, uma é essa, houve uma CPI nessa Assembléia Legislativa, que naquele momento não deu em nada por pressão do Governo Álvaro Dias e por submissão da maioria dos Parlamentares que faziam parte daquela CPI, na qual deveria ser apuradas irregularidades na compra de aparelhos de Raio X, na compra de hospital, na compra de carros e tal CPI foi arquivada por irresponsabilidade da maioria dos Deputados que faziam parte daquela Comissão e que agora está aqui, nas Auditorias Internas

do Inamps, provando que houve desvio de verba no valor de bilhões de cruzeiros, ou seja, cerca de três bilhões de Ufirs. É este o ex-Secretário de Saúde que Álvaro Dias que indicar como Ministro da Saúde. Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que em conjunto com Eliseu Rezende, fariam uma boa dupla de favorecimento do setor privado e de corrupção no passado dos governantes. Se Itamar deseja manter a aparência de governo honesto, não aceite tal companhia, não aceite a substituição de um Ministro que até agora tem se pautado honesto e correto, que é o Jamil Haddad, que hoje é o Ministro da Saúde. Nós temos esse documento e é cópia de documento oficial, e provavelmente obtivemos outros, junto aos órgãos responsáveis.

Por essa razão, o Governo do Estado do Paraná está inadimplente com a Previdência Social e não pode exceder investimentos mais, do Ministério da Saúde, e não tem recebido verbas e no entanto, até agora, o governo do Estado, sabendo disto, também se calava, e quem cala consente, e o governo se omitiu e o Secretário da Saúde também não se manifestou a respeito disso.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Cumprimento o Deputado Dr. Rosinha, e gostaria de dizer que, lamentavelmente, o Governo de Álvaro Dias não foi um governo de boa saúde, porque o Secretário Delcino Tavares chegou a ser afastado, depois o Delegado Manoel de Almeida Neto, que acabou sendo envolvido numa CPI desta Casa, por sinal a única CPI que chegou até seu final e que nós presidimos e que apurou as irregularidades, comprovou os atos irregulares, levando o ex-Secretário às barras da Justiça Federal e, por sinal, lamentavelmente, pegando a "onda" de dois ex-Secretários numa área da Saúde bastante conflitante, infelizmente, o cidadão honrado como o Sr. Sebastião Pimentel, acabou assumindo a Secretaria e infelizmente veio a falecer, daí porque, repito, lamentavelmente o ex-Governador Álvaro Dias não foi um governador bom na área de Saúde, no Estado do Paraná.

O SR. DR. ROSINHA - Concordo com a intervenção de Vossa Excelência, inclusive no que diz respeito ao ex-Secretário Sebastião Pimentel, o que prova que um homem honesto, ao assumir uma secretaria e um governo desonesto, a corrupção permanece, apesar de o Secretário não querer e do Secretário não consentir, como era Sebastião Pimentel, que não consentia e tudo foi feito por trás, quando foi mantido o mesmo esquema corrupto durante o período e todo esse dinheiro de hoje, devido ao Governo Federal, é do período da Administra-

ção Álvaro Dias, perpassando pelos três Secretários de Saúde que por lá passaram, o que prova a irresponsabilidade destes Secretários.

Esperamos que Itamar não indique Ministro de Saúde alguém que não prima pela saúde financeira e pela moralidade no trato da coisa pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consultamos a Liderança do PDT, se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece até que em cima daquilo que o Deputado Colombino colocava com muita fidelidade e com muita certeza a esta Casa, havia sido discutido com a Bancada do PDT, quando na realidade não houve qualquer discussão, Deputado Colombino, da nossa parte, com Vossa Excelência, que colocou hoje aqui, com bastante probidade, a preocupação que nossa bancada também tem na questão que está sendo posta, hoje. É preciso toda a Assembléia Legislativa se envolver nesta questão que está posta, do impasse Executivo-Judiciário.

Em cima dessa questão, nós queremos ler na íntegra, requerimento que estamos enviando à Casa, esperamos ser aprovado, para que coloquemos a par de toda a situação e cheguemos a um denominador sobre este impasse.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM seja efetuada, com urgência urgentíssima, ainda hoje, dia 12 de maio, reunião interpartidária das lideranças para avaliação e tentativa de uma composição que dê solução à crise institucional deflagrada pela aparente desarmonia entre os poderes Executivo e Judiciário e que acarretou a paralisação dos serviços de prestação de tutela jurisdicional e requerem, ainda, a realização de Sessão Especial, amanhã, dia 13 de maio, para que se ouça em Plenário as representações convidadas de ambos os poderes e dêem a conhecer as suas argumentações, destinado a cada uma, duas (2) horas para as respectivas explicações.

Sala das Sessões, em 12.05.93.

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

ALGACI TÚLIO

CEZAR SILVESTRI

NAMIR PIACENTINI

LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao Poder Legislativo, através de suas lideranças partidárias mais representativas com assento nesta Casa, buscar restaurar a harmonia entre os Poderes, condição essencial à manutenção do estado Democrático de Direito, e dar sua parcela de contribuição na tentativa de superação do impasse institucional existente entre os Poderes Judiciário e o Executivo. O Poder Legislativo não pode fugir ou omitir-se num momento grave em que o interesse público está sendo ameaçado e as próprias instituições estão tendo seus alicerces atingidos. Em sua função constitucional e prerrogativas políticas que lhe são próprias a tentativa de buscar uma solução à questão é medida que impõe-se.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós acreditamos que com o Requerimento que estamos apresentando, nesta tarde, nós estamos de fato abrindo caminho e mostrando à sociedade paranaense, aquela que só conhece um lado dos fatos, nós estamos tentando mostrar a transparência pública, através desta Casa, que deve ser, em sua totalidade, a voz de representação dos anseios do povo do Paraná.

Não podemos consentir que a instabilidade predomine, que a disputa de forças tome conta, que partamos como está posto aí para desorganização e harmonia entre os Poderes do Estado do Paraná. Por isso estamos apresentando e esperamos ser aprovado ainda nesta Casa hoje a demonstração maciça da Assembléia Legislativa em relação ao impasse que está sendo posto. Vemos neste momento a manifestação dos procuradores, vemos a manifestação da Polícia Civil do Paraná e temos que mostrar ao Estado do Paraná que a preocupação não são apenas desses dois segmentos, mas é da representação política que existe nesse Parlamento e a resposta que nesse momento exige o povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulto a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Liderança do PTB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Ouvi com atenção o pronunciamento do nobre Deputado Colombino Grassano. Colocava com muita precisão a forma como este Governo vem conduzindo a administração pública do Paraná.

Venho nesta tarde usar da tribuna para também fazer uma denúncia da forma como este Governo através de algumas Secreta-

rias de Estado e dos seus Chefes de Gabinetes vêm agindo com relação aos Prefeitos que hoje não estão aliados com o Governo do Paraná. Não fora a perseguição implacável do Governo do Paraná aos Prefeitos que hoje estão em outros partidos. Não fora a administração paralela implantada no Governo do Paraná, administração esta não denunciada pelos Deputados de oposição, mas de forma especial pelas próprias lideranças do PMDB no interior do Paraná onde, hoje, todos os dias, denunciam a forma como o Partido Progressista vem aliciando os Prefeitos do interior do Paraná de qualquer partido, negociando e barganhando as verbas que existem nas Secretarias comandadas pelo Partido. Não fora apenas isso, outra administração paralela se implanta no Paraná de forma especial na região Sudoeste do Paraná. Todos os chefes de gabinetes desse Governo se intitulam candidatos a Deputados Estaduais e Federal e percorrem os caminhos do Paraná tentando negociar com os Prefeitos lá do Sudoeste do Paraná.

Há poucos dias o Sr. Ademir Graziotin, elemento ligado a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, corria os Municípios que estão hoje dando sustentação política a este Deputado e também aos Municípios que estão com os Prefeitos aliados em outros partidos, percorria estes Municípios com uma sede de constituir o PP, condicionando liberação de recursos pela Secretaria da Agricultura tentando formar associação de agricultores nesses municípios para liberar recursos de uma forma paralela, ignorando os Prefeitos que foram eleitos democraticamente pelo voto das suas comunas. Não fora isso, também é importante frisar que todas as administrações municipais devem mensalmente para o Governo do Estado, é descontado mensalmente através de convênios valores para manter os órgãos ligados a IMATER nos seus Municípios.

E a Secretaria de Agricultura, não sei se autorizada pelo Senhor Secretário, mas através de seus subordinados, corre o interior barganhando com lideranças que não têm nada a ver com as administrações municipais, ignorando o trabalho dos prefeitos que hoje vivem encontrando as mais diversas dificuldades, em razão do achatamento de seus orçamentos, e que se vêm obrigados a pedir, de joelhos, e implorar ao subordinado do Secretário, recursos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria que esta Presidência, democrática que é, pudesse fazer chegar até o Senhor Governador e ao próprio Secretário de Agricultura, pois talvez não tenha conhecimento dos fatos que aqui narramos, mas para comprovar aquilo que estamos denun-

ciando nesta tarde, faço leitura do Expediente, da data de ontem, encaminhado pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, ao Senhor Governador. E com a permissão dos Senhores Deputados, farei a leitura.

Of. n° 093/93

Francisco Beltrão, 11.05.93

Senhor Governador.

Reunidos em Assembléia Geral Extraordinária no último dia 11 de maio, em Francisco Beltrão, os prefeitos que compõem a AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - decidiram interceder a V.Exa., no sentido de que medidas urgentes e saneadoras sejam executadas, objetivando não alimentar a prática de crítica pela crítica, mas de manter e até mesmo fortalecer o relacionamento administrativo entre administrações municipais e os órgãos estaduais. As considerações que aqui registramos, são feitas com finalidade exclusiva de registrar os bons propósitos anunciados pelo vosso governo, que se mantém irredutível na defesa da eficiência e moralidade pública.

Senhor Governador.

As queixas apresentadas por alguns prefeitos, denunciando a existência de um governo paralelo, comandado por lideranças políticas que se encontram fora da administração estadual, preocupa duplamente os Senhores prefeitos: primeiro por representar um forte risco ao surgimento de uma crise de autoridade e em segundo lugar, por tumultuar um processo de parceria pregado por V.Exa. e aprovada em toda a sua extensão pelos administradores municipais Sudoestinos, uma iniciativa inteligente, moderna e eficaz.

Exmo. Sr.

ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA
MD. Governador do Estado do Paraná
Curitiba-Pr.

Este Expediente foi encaminhado, na data de ontem, ao Sr. Governador, para que ele tome conhecimento da forma como seus subordinados estão agindo no Sudoeste do Paraná, e com certeza em todo o interior do Paraná, desrespeitando os Srs. Parlamentares que hoje dão sustentação política ao Governo do Estado do Paraná aqui nesta Assembléia Legislativa do Estado. A nós, que representamos, nesse momento e fizemos oposição ao Governo, tudo bem. Mas aqueles que hoje dão sustentação ao Governo com certeza não mereciam ser tratados dessa forma! Não fora apenas esta manifestação deste cidadão, também lá no Sudoeste, através de entrevista em rádio, na imprensa falada, o Chefe da Casa Civil, que fala pelo Governo, em inúmeras oportunidades

afirmou de que o tratamento que o Governo daria aos Prefeitos do Paraná, e de forma especial do Sudoeste, seria de forma diferenciada, aqueles alinhados ao Governo seriam tratados de forma carinhosa, e os demais, com certeza seriam tratados pelo critério adotado pelo Governo estadual, de 1.^a classe, 2.^a classe e 3.^a classe, como nós hoje presenciamos nas diversas Secretarias de Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no horário das lideranças, esta Presidência solicita a atenção dos Srs. Deputados. Nós ouvimos atentamente, o pronunciamento do Deputado Colombino Grassano. Solicito a atenção dos Srs. Deputados.

Nós ouvimos atentamente o pronunciamento do Deputado Colombino Grassano, com referência... Solicito a atenção dos Senhores Deputados para que não aleguem depois, desconhecimento daquilo que foi pronunciado agora.

Deputado Colombino Grassano, com referência à correspondência endereçada a Vossa Excelência pelo Secretário Luiz Cláudio Romanelli, da Secretaria Especial de Habitação, naquela oportunidade Vossa Excelência redigiu um expediente, um ofício ao Governador Roberto Requião e nos incumbiu da entrega desse ofício ao Governador. Quero afirmar a Vossa Excelência e a esse Plenário que naquela oportunidade, nós pessoalmente e no mesmo dia, entregamos em mãos ao Governador Roberto Requião e anunciamos a ele o conteúdo da correspondência que estávamos entregando. E nos disse naquele momento o Governador que tomaria as providências que julgasse cabíveis naquela oportunidade.

Vossa Excelência tem nesse episódio específico a nossa manifestação de solidariedade e o nosso respeito, porque embora possamos ter diferenças quanto ao nosso comportamento parlamentar, possamos ter diferentes pontos de vista a cerca dessa ou daquela matéria, nós temos que juntos, todos nós, zelarmos pelo nome do Parlamento e pelo nome dos Parlamentares.

Então, tem Vossa Excelência nossa solidariedade quanto a esse episódio, e saiba Vossa Excelência e esse Plenário que aquilo que foi por Vossa Excelência solicitado a nós, foi prontamente por nós atendido e entregamos o expediente nas mãos do Governador.

De outro lado, não podemos, Deputado Colombino, Deputado Paulo Maia, Senhores Deputados, ouvirmos e permanecermos calados, lermos nos jornais como lemos hoje que a Assembléia Legislativa e esta Presidência têm se omitido ou esteja se omitindo com referência a assuntos da mais alta

importância, que tramitam neste Parlamento, quais sejam a Mensagem de Sua Excelência, o Senhor Governador, de n° 007, de n° 013, as Mensagens do Poder Judiciário, do Ministério Público, que dizem respeito a implantação no Paraná de um regime de isonomia salarial para os três Poderes.

Em nenhum momento a Assembléia Legislativa, seja através do seu Presidente, seja através do seu 1° Secretário, Deputado Anibal Khury; do 2° Secretário, Deputado Dirceu Manfrinato, de Lideranças convocadas e outros membros da Comissão Executiva, em nenhum momento esta Presidência se furtou, se omitiu de discutir esses assuntos.

Desde que os assuntos chegaram à Assembléia, nós temos procurado agir na condição de um Poder Moderador, tentando encontrar o equilíbrio desta discussão, que hoje realmente estremece as relações entre o Poder Executivo e entre o Poder Judiciário, desde que esta matéria aqui chegou, em mais de uma oportunidade, sozinho este Presidente ou acompanhado de outros Parlamentares, estivemos em audiência com o Governador Roberto Requião, estivemos em audiências com o Tribunal de Justiça, estivemos em audiências e reuniões com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público e também recebemos por mais uma vez em audiência em nosso gabinete e de outros Deputados, a Associação dos Delegados de Polícia, o Sindicato dos Delegados de Polícia, e colocamos também a nossa atenção em cima daquilo que escreveu a APP - Sindicato na coluna da educação nos jornais deste último final de semana.

Nesta semana ainda tivemos uma reunião na segunda-feira à noite, com o Governador Roberto Requião, tivemos uma reunião ontem nas dependências da Assembléia Legislativa com integrantes do Ministério Público, da Polícia Civil e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e à tarde, por volta das 17:30 horas, a Presidência da Casa, a 1° Secretaria, a 2° Secretaria, o 1° vice-Presidente, o Líder do PMDB e do Governo, Renato Adur, estivemos todos reunidos com o Dr. Ronald Accioly, Dr. Negi Calixto, Dr. Eros Gradowski, cúpula do Poder Judiciário.

Posteriormente a isto ainda, estivemos numa reunião do Bloco de Apoio ao Governo nesta Casa, tivemos uma reunião no Palácio Iguazu com o Governador e temos para hoje mais uma reunião de trabalho com o Secretário Luiz Gastão, com o Chefe da Casa Civil e com o pessoal do Tribunal de Contas e do Ministério Público, para tentarmos achar o caminho que possa ser o do entendimento.

Por esta razão não podemos concordar quando se afirma que a Assembléia Legislativa está omissa, que não está discutindo

os assuntos que são do interesse desta Casa.

Para complementar, na manhã de hoje, acompanhado do Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Nelson Justus, do Relator da referida comissão do ano passado, Deputado Heinz Herwig, estivemos por mais de duas horas na Secretaria do Planejamento ajustando e nos entendendo quanto a tornarmos prático aquilo que ficou ajustado quando da elaboração do substitutivo que originou o orçamento do ano de 1993.

Neste sentido, atendendo o que decidimos hoje, Pessuti, Nelson Justus e Heinz, tínhamos, como temos, e vamos neste momento convidar o Deputado Renato Adur, o Deputado Duílio Genari, o Deputado Erondy Silvério, o Deputado Paulo Maia, o Deputado Alborghetti, o Deputado Colombino, o Deputado Dr. Rosinha e o Deputado Nilton Barbosa, para que na condição de líderes de bancadas partidárias possam participar nas dependências da Presidência de uma reunião, para discutirmos a questão da execução orçamentária de 1993, dentro daquilo que foi ajustado pela Assembléia e enunciarmos já a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, Senhores Deputados, não existe em nenhum momento da parte da Presidência e dos demais integrantes da cúpula diretiva desta Casa, omissão quanto aos assuntos que aqui estão sendo tratados. Não existe de nossa parte nenhum descuido. Se não trouxermos para votação o projeto de lei oriundo da mensagem do Poder Judiciário, que estabelece a isonomia e que recebeu na Comissão de Constituição e Justiça um substitutivo que fixa vencimentos para o Poder Judiciário, que foi por nós, depois da primeira discussão e votação, enviado à Comissão de Finanças, se não foi por nós colocado na Ordem do Dia, mesmo estando esta nossa decisão contrária ao que estabelece o Regimento Interno, que diz que toda a matéria em regime de urgência, permanecerá 48 horas na Comissão para parecer, após o que retornará à Ordem do Dia, se não fizemos isto, foi porque estamos tentando, incansavelmente, de manhã, de tarde, de noite, no nosso gabinete, no Palácio Iguazu, no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Contas, no Ministério Público, no Gabinete do 1º Secretário, no Gabinete da Liderança, estamos procurando encontrar caminhos para o entendimento, porque hoje ainda, qualquer das propostas que for votada, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário, se aprovada pela Assembléia nos moldes e na maneira que pretende cada um destes Poderes, tenho certeza que não restabelecerá de forma plena e condizente o entendimento que todos queremos.

Se não cumprirmos o Regimento naquele momento, foi em busca da unidade e do en-

tendimento.

Agora não pode também, Deputado Colombino, Vossa Excelência nos acusar de não estar cumprindo o Regimento conforme estabelece a "Gazeta do Povo" em matéria principal do jornal de hoje, porque veja bem V. Exa. o Projeto de Lei nº 136/93 que fixa o reajuste de vencimentos de 26% aos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela CLT no Tribunal de Justiça, projeto de lei cujo regime de urgência foi aprovado no dia 27 de abril, encontra-se com V. Exa. para parecer também desde o dia 27 de abril. Portanto, também V. Exa. nesse caso específico não cumpriu o que estabelece o Regimento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - V.

Exa. não teria que dar essa satisfação ao Plenário, nem a mim, ficamos realmente impressionados porque V. Exa. assume verdadeiramente o comando da Assembléia Legislativa do Paraná.

Precisamos de um Presidente que se conduza dessa forma, V. Exa. foi generoso em prestar essas informações. O Plenário não teria necessidade de receber esses esclarecimentos, isto demonstra o caráter de V. Exa. e a disposição em poder oferecer a sua melhor contribuição para que o Poder Legislativo realmente funcione. Não gostaria de fazer nenhuma ressalva, mas a última informação que V. Exa. deu a esta Casa não é verídica. Acabo, neste instante, há questão de trinta minutos, de receber o Projeto para emitir meu parecer sobre a mensagem do Poder Judiciário que fixa os vencimentos desses funcionários. Há trinta minutos, eu ainda pedi à Secretária do Senhor Deputado Erondy Silvério que consultasse S. Exa. se pudesse fazer ainda hoje uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, e ela me pediu que eu relatasse para a próxima terça-feira esse Parecer, de modo que, ou V. Exa. está enganado, ou há alguma coisa de errado nesta Casa.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, queria me solidarizar com Vossa Excelência pelo trabalho que essa Presidência junto com a vice-Presidência, a 1ª Secretaria, a 2ª Secretaria vem desenvolvendo no sentido de resolver essas questões com o Judiciário o Executivo e o Legislativo. Acho que não é verídica a questão que está sendo colocada de omissão da Presidência do Poder Legislativo na solução desse problema.

Entendo que é função do Legislativo, e V. Exa. está se conduzindo muito bem no sentido de realmente ser um poder moderador e buscando o consenso, e nada adianta transformarmos isso aqui numa batalha in-

frutífera, acho que o consenso deve prevalecer, e nesse ponto V. Exa. vem se conduzindo muito bem, nós sabemos e testemunhamos a todos os Senhores Deputados o trabalho que V. Exa. vem fazendo, as articulações com todas as lideranças no sentido de junto com o Judiciário, junto com o Ministério Público buscar um consenso para que se resolva da melhor maneira possível essa questão.

Uma das nossas lutas e que fazemos questão que seja colocado também junto, podemos abrir mão nesse impasse da questão da isonomia salarial, é um Projeto do Governo do Paraná, é uma aspiração de toda classe do funcionalismo público do Estado e o Governo não pode ficar inerte, não pode ficar à margem da solução desse problema. Portanto, queria me solidarizar com V. Exa. e dizer que junto com a questão do problema salarial dos desembargadores que entendemos que é uma reivindicação justa dentro de uma certa limitação, também os magistrados. Entendemos que isonomia salarial está atendendo uma reivindicação dos funcionários do Estado do Paraná, mas entendemos que as votações devem contentar a todos e não só a um setor ou a outro setor.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendemos perfeitamente a sua luta, o trabalho que faz na Comissão Executiva no sentido de chegarmos a um denominador comum na questão do Judiciário e do Executivo. Só que V. Exa. me faz lembrar um antigo repórter esportivo que dizia todo mundo que tinha um furo de reportagem e estava no bolsinho do paletó dele, só que ele nunca divulgava esse furo de reportagem; só veio divulgar depois que alguém furou e divulgou o furo de reportagem. Então, ele saiu dizendo para todo mundo que ele que tinha esse furo de reportagem.

Então, entendo, perfeitamente, que V. Exa. e os demais membros da Comissão Executiva devem estar, trabalhando no sentido de achar o consenso. Só que nós, parlamentares, aqui não sabemos de nada do que está acontecendo. Eu acho que a Comissão Executiva da Casa existe para tratar dos problemas administrativos da Casa.

O papel político da Assembléia só é completo, só é democrático a partir do momento que as lideranças políticas de todos os partidos passam a integrar esse conselho político da Assembléia.

Então, por esta razão, é que hoje, pela manhã, a nossa Bancada se reuniu, tirou esse documento pedindo urgência urgentíssima para que a Comissão Executiva, para que a Presidência se sente com as lideranças e discuta a questão, ache um consenso; em seguida, propondo para amanhã

uma sessão especial desta Casa, duas horas para o Poder Executivo e duas horas para o Poder Legislativo, para que todos aqui que não vamos ao Palácio, em especial a Oposição, que não vamos à Presidência porque não fomos convocados, nem as lideranças foram convocadas, para ter o conhecimento total do que está acontecendo. Somos questionados pelo Comitê de Imprensa aqui, somos questionados na rua: o que a Assembléia está fazendo? Olha, não sabemos, está tudo parado, porque não tomamos conhecimento do que se está tratando muito embora saibamos, e tenho dito isso, que o Presidente e a Comissão Executiva estão tentando achar um consenso.

Mas acho que a questão política da Assembléia não pode ficar restrita ao Líder do Governo, à Mesa Executiva. As Lideranças partidárias têm que participar e decidir em nome dos demais Deputados.

Se até hoje nenhum Parlamentar da Oposição foi àquela tribuna para tentar colocar posições individuais é porque está havendo, até, um consenso na responsabilidade desses parlamentares da Oposição para não colocarem mais lenha na fogueira.

Por isso, eu encareço a V. Exa. que atenda o requerimento que não é só da Bancada do PDT, já tem assinaturas de outras bancadas, para esta reunião urgente-urgentíssima hoje das Lideranças e, amanhã, uma sessão especial para que os dois Poderes possam vir aqui, de público, para todos nós parlamentares sabermos qual é a posição de cada lado, a fim de que cada um possa, à hora que o projeto vier ao Plenário, votar com a sua consciência e com a sua responsabilidade.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, estou fugindo um pouco do assunto apenas para informar a V. Exa. que lhe passo às mãos um pedido de formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias por falta de concorrência pública nos gastos com propaganda do Governo do Estado do Paraná.

Dezoito Senhores Deputados subscrevem o meu pedido.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A direita brasileira é realmente impressionante nos seus exemplos e nas suas referências.

Pela manhã, ouvindo o ex-Senador da República, Deputado "inglês" Roberto Campos, ele dizia das suas referências: Greta Garbo e Olívia Palito. Nesta tarde, ouço as referências do Deputado Algaci Túlio: reportagens esportivas.

Não posso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como Parlamentar desta Casa, imaginar seja admissível, seja razoável reduzir a dimensão política que tem esta Casa ao estudo limitado da radiofonia que fez Sua Excelência o Deputado Algaci Túlio. Os conhecimentos do Deputado Algaci Túlio referentes a crônicas esportivas e policiais não prestam à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e, imprestáveis, não devem ser trazidas à baila. E quero, aqui, me solidarizar com Vossa Excelência na infelicidade da manifestação do Deputado Algaci Túlio, manifestação infeliz, menor e incompatível com o decoro parlamentar.

Quero também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, divergir da orientação que procurou trazer aqui o Deputado Algaci Túlio, que entendendo a democratização do processo de discussão relativa ao impasse que temos no Estado do Paraná, quanto interesses da corporação de parte da magistratura paranaense, que a inculpidez quer avançar no erário público às custas dos demais agentes públicos que atuam no Estado do Paraná. Não posso concordar que a democratização passe pela discussão no nível das lideranças das bancadas.

Não sou líder, mas estou aqui exercendo a condição de Deputado Estadual e o debate democrático dá exemplos. Vossa Excelência quando traz ao Plenário da Assembléia Legislativa os esclarecimentos, elogiados por Sua Excelência, Deputado Colombino Grassano, necessários sobre as demarques iniciativas da direção da Mesa, à frente Vossa Excelência, que com independência, com autonomia, firmeza, tem procurado e ainda ontem vimos, quando ao final da reunião com Sua Excelência o Governador do Estado, e só ao final lá esteve Vossa Excelência, para manifestar os entendimentos que até antes vinha mantendo com os agentes, com os dirigentes do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a democracia na Casa passa pelo debate em Plenário e creio a principal orientação deu Sua Excelência, Deputado Hermas Brandão, quando ontem dizia, que, na impossibilidade de uma negociação que seja de acordo entre as partes, na impossibilidade de uma negociação que seja de acordo entre as partes, na impossibilidade de consenso, deve a Assembléia Legislativa, exercendo o poder político, que deve exercer, votar a matéria.

Nós temos de ter em Plenário a apreciação do projeto de isonomia, bem como a apreciação dos projetos da lavra do Ministério Público, como também do Poder Judiciário e a democracia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se faz em Plenário. Nós não podemos imaginar que, remetendo

esta questão para uma reunião entre a Mesa Executiva e as lideranças das bancadas, nós tenhamos a mesma altura e as mesmas condições de debater como estamos aqui debatendo em Plenário às vistas do público, da imprensa e da sociedade paranaense, para podermos indicar um caminho. Estou de absoluto acordo com o Deputado Hermas Brandão quando diz que frente ao impasse está o papel da atividade política e aí está, Senhor Presidente, Senhores Deputados a principal distinção entre a atividade política e a atividade diplomática.

Não deve o agente político, não deve a direção da Mesa imaginar possa nessa hora esquecer a diplomacia. A diplomacia visa manter correlação de forças e a política visa romper uma correlação de forças, visa definir no caso concreto o que há de melhor no interesse da sociedade.

É por isso que nós não podemos imaginar que papel de mediação que tem a Assembléia Legislativa signifique a remissão, a culpidez de uma minoria de magistrados que inconformada com a perda de seus privilégios com a dessacralização das suas funções, não deseja submeter-se aos controles políticos democráticos de construir um estado de direito democrático.

É assim que são os projetos, podem e devem ser apreciados e reformados por esta Casa, porque assim em relação aos projetos de lavra do próprio Legislativo como também do Poder Executivo, nós temos a reforma e a deliberação por esta Casa.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os meus cumprimentos a Vossa Excelência pelos esclarecimentos que traz, associo-me às palavras do Deputado Colombino Grassano, como também a necessidade de nós nesta hora, já esgotados os meios suasórios, termos a submissão a Plenário das matérias que foram submetidas a Assembléia Legislativa para que o Plenário e não as lideranças das bancadas possamos deliberar democraticamente e na forma de maioria já que não foi possível obter um consenso em torno das matérias hoje em debate no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, falou bastante o Deputado Bona Turra, mas foi difícil entender quando ele se contradisse em vários momentos na sua fala.

Eu acho que a questão da direita a mim não atinge, Deputado, o mais difícil é entender essa esquerda burra que está aí, essa esquerda festiva que não admite, que um problema tão sério como este não venha a ser discutido em Plenário. Eu não consigo entender. Depois, o próprio Deputado fala que tem que passar a discussão pelo Plenário. Fica difícil! Tenho a impressão

que o Deputado jogou toda a sua ira em cima da nota dos Magistrados, que fez alusão a Deputados que têm empréstimos e benesses no Banco do Estado do Paraná. Eu, graças a Deus, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita aos Senhores Deputados que atentem ao Regimento desta Casa, com referência às questões de ordem.

Ainda sobre o esclarecimento da Mesa e as colocações posteriormente feitas, quero me solidarizar com o Deputado Colombino Grassano e dizer a ele que as informações que nós repassamos ao Plenário, de que o Projeto está sob a responsabilidade de Vossa Excelência, nos foi informado pela Assessoria da Mesa e evidentemente - digo, pela Assessoria da Comissão de Constituição e Justiça. Nós, em nenhum momento, iríamos anunciar aqui, aquilo que não tivéssemos certeza. Mas, aceitamos a afirmação de Vossa Excelência, de que somente hoje está recebendo este processo.

E, ainda mais, quero dizer aos Senhores Deputados, com referência ao que diz o Deputado Algaci Túlio, com referência ao que dizem os demais Deputados que, porventura não tenham sido chamados a debater esses assuntos, este Plenário tem consciência e sabe muito que todos os projetos de lei que chegam a esta Casa, eles primeiro são endereçados à Comissão de Constituição e Justiça onde todos os partidos, com exceção apenas do PT, têm assento e cujos membros lá estão indicados por suas Lideranças.

Então, as Lideranças Partidárias desta Casa estão participando sim, através da Comissão de Constituição e Justiça, do debate destas matérias.

Então, não pode a Presidência ser responsabilizada.

E ainda mais, em nenhum momento - reafirmo - esta Presidência se fechou ao debate. Todos os Deputados que quiseram, todos os Líderes Partidários que quiseram trocar idéias conosco, em nenhum momento a Presidência se omitiu em debater estes assuntos.

E quando afirma o Deputado Algaci Túlio que a representação política, a questão política desta Assembléia tem que ser debatida com as Lideranças e tudo o mais, lembro o Poder Legislativo, politicamente, é representado pelo Senhor Presidente que tem as suas obrigações quanto a isto. E nós que fomos eleitos por todos os Deputados desta Casa, com exceção de quatro votos que não tivemos, temos procurado cumprir à risca o Regimento Interno, principalmente naquilo que é de competência da Presidência, que é de zelar pelo bom desempenho desta Casa, pela boa conduta dos Senhores Deputados, e acima de tudo, re-

Curitiba, quarta, em 12.05.93

presentar politicamente esta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para que se restabeleça a verdade dos fatos, efetivamente por uma falha da Assessoria da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Colombino Grassano recebeu apenas nesta tarde, o projeto de lei em referência, embora eu tenha despachado no dia que foi encaminhado e Vossa Excelência, o nobre Deputado Colombino Grassano, poderá se certificar pela data do meu despacho, que já faz mais de uma semana que despachei o projeto.

Entretanto, não sei porque este projeto só lhe chegou às mãos há poucos instantes. Não há necessidade de se fazer Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, porquanto Vossa Excelência determinou a inclusão na pauta da Ordem do Dia do referido projeto.

Então, nós só teremos possibilidade de apreciá-lo na Ordem do Dia de quarta ou quinta-feira da outra semana. Na terça-feira terá reunião normal da Comissão de Constituição e Justiça, quando será devidamente apreciado o parecer do nobre Deputado Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito um minuto dos Senhores Deputados, que tenho que atender um telefonema do Senhor Governador.

(Pausa)

Prossegue a Sessão Plenária.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, um fato "sui generis" na história do Legislativo: entreguei a Vossa Excelência, ou seja, aos assessores da Mesa, um pedido de uma CPI. Qual não foi minha surpresa, no momento em que entregava meu pedido, automaticamente era para ser protocolado. Passou-se quinze ou vinte minutos, voltei à Mesa para pegar uma cópia do meu pedido e não estava protocolado, e na Mesa, mais de cinco CPI's, inclusive pedidas por Deputados do PMDB.

Gostaria de pedir a Vossa Excelência, que é o Presidente desta Casa, que desse prioridade à minha CPI, porque a minha foi apresentada antes, não foi protocolada por demora da assessoria da Mesa, e peço a Vossa Excelência que considere o meu pedido de CPI legal - porque parece-me que existe um limite para se instalar CPI's nesta Casa, que são cinco.

Se existem cinco simultaneamente precedendo a minha, é sinal que o meu pedido vai ser jogado na gaveta. Peço a Vossa Excelência que considere o meu pedido de CPI como prioridade.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento oportuno a Mesa irá prestar os esclarecimentos.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Nilton Barbosa, Toti Colaço e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 325/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que efetua o comodato junto ao Governo Federal, para utilização das dependências do IBC no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. **Em votação.**

O SR. ALGACI Túlio (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O projeto de lei do Deputado Eurides Moura é muito importante, principalmente se levarmos em consideração que em vários municípios do Estado enormes barracões do IBC estão totalmente abandonados, sendo até ocupados por vândalos, por marginais, que ali se escondem.

Há um mês atrás nós encaminhamos um pedido do Prefeito da cidade de Palmeira, Altamir Sanssol, ao Deputado Max Rosemann, da nossa Bancada em Brasília, para que intercedesse junto ao IBC, no sentido de liberar aqueles barracões para a Prefeitura de Palmeira.

E, segundo o contato que tive hoje, pela manhã, com o Deputado Max Rosemann, a informação que me passava é a de que haverá esta grande possibilidade.

Daí por que eu quero cumprimentar o Deputado Eurides Moura, porque em cima desta proposta nós realmente estamos preocupados, no sentido de que estes barracões possam ser melhor utilizados pelas prefeituras, que são carentes de locais próprios, físicos, para fazer com que as suas administrações possam revezar uma oficina mecânica, um depósito e até mesmo utilizar como salas de aula.

Parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/93, de autoria do Tribunal de Justiça Of. n° 189/93, que dá nova redação a letra "h", do inciso I, do art. 235, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 1227 de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1201, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1206, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1216, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1195 e 1196, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do vice-Prefeito, José da Mata, do município de Farol, a pedido do Deputado Toti Colaço.

Requerimentos n°s. 1202 e 1203, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1204, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1208 e 1207, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1210 e 1209, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1224, 1223, 1222, 1221, 1220 e 1219, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1230, de autoria do

Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1218 e 1217, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1228, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n.º 1229, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio com apoio dos Srs. Deputados Namir Piacentini, Plauto Miró Guimarães, Paulo Maia e Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1197, 1198 e 1225, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. **À Coordenação de Expediente para os devidos fins.**

Requerimentos n.ºs. 1211, 1212 e 1213, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Garcia, José Alves e Alceu Swarowski, com apoio dos Srs. Deputados José Arthur Ritti, Oswaldo Trevisan, Severino Félix e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimentos n.ºs. 1214, 1215 e 1226, de autoria dos Srs. Deputados Severino Félix, Nereu Alves de Moura e Mário Bezerra, com apoio dos Srs. Deputados José Arthur Ritti, Duílio Genari, Eurides Moura, constantes do expediente. **Aos Autores para Apresentação de Projetos de Resolução.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu entendo que V.Exa. não pode receber o pedido de CPI, por uma razão muito simples: nós estamos tratando, a CPI trata de uma discussão sobre preços de mensalidades em escolas privadas, cuja legislação é da competência do Governo Federal, está fora da alçada do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

No máximo poderia ser uma Comissão Especial, que pudesse analisar esta questão e encaminhar sugestões. Não temos competência constitucional para invadir a questão das mensalidades em escolas particulares, no Estado do Paraná.

Cabe também na minha avaliação que V.Exa. encaminhasse a Comissão de Educação da Casa para que esta enviasse um parecer, talvez até mesmo um Parecer do Conselho Estadual de Educação, que me parece, estes

Curitiba, quarta, em 12.05.93

Assim, são os órgãos que poderiam se pronunciar sobre a questão.

Então eu entendo, data vênica, Sr. Presidente, que a CPI não pode ser instituída como Comissão Parlamentar, mas sim como Comissão Especial, no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós entendemos que o requerimento da CPI, liderado pelo Deputado Nelson Garcia e apoiado por toda a Bancada do PMDB e do Governo. Nós entendemos que é uma CPI investigatória e esta Assembléia tem toda a prerrogativa de fazer este tipo de investigação. A CPI é feita para isso.

Tem tantas CPI's que tratam de questões que são de legislação federal, mas nós entendemos que a Assembléia Legislativa tem estas prerrogativas, estes poderes.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Com todo o direito que tem o Deputado Nelson Garcia de pegar assinatura de quem desejar, mas estranhamente o lado de cá da Assembléia não pode colocar os seus autógrafos nesta CPI, porque também era interesse da Oposição de saber e conhecer a realidade da mensalidade escolar, e em especial como é que foi a indicação de Oriovisto de Oliveira, no Conselho Estadual de Educação.

Nós temos o maior interesse, muito embora até a argumentação do Deputado Pudell tenha procedimento, mas de qualquer maneira, nós aqui, estranhamente, fomos vetados de colocar a assinatura nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Algaci Túlio, se V.Exa. não foi ainda procurado para assinar o pedido de CPI, o requerimento está ainda sobre a Mesa, e qualquer Deputado que quiser subscrevê-lo ainda existe tempo para isto, mas já está devidamente subscrito pelo número necessário de Deputados para que a Presidência possa dar tramitação legal.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Preliminarmente notar, houve proposição anterior de nossa autoria, bem como regimentalmente definida pela instalação de uma CPI para investigar a situação de trabalho e as reais condições de vida dos trabalhadores rurais, em especial das crianças bóias-frias.

Evidentemente tendo sido aprovado anteriormente, essa comissão deverá merecer prioridade, em especial deverá merecer a indicação por parte das diversas Bancadas

para que possa ser instalada.

Quanto à questão objetiva que se põe em discordando da orientação do Deputado Ernani Pudell, a questão das mensalidades escolares das escolas de 1º e 2º graus constituem matéria da lavra e da competência do Estado, deliberada no nível da comissão de encargos educacionais do Conselho Estadual de Educação.

Portanto, as mensalidades escolares das escolas de 1º e 2º graus constituem matéria de lavra e competência do Estado.

Relativamente as mensalidades de cursos de níveis superiores, há profícuo debate que se desenvolve hoje no País, inclusive de iniciativa da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, que buscava dentro e na perspectiva da autonomia dos Estados submeter também a questão das mensalidades escolares nas escolas de 3º grau à competência dos Estados, o que se discute, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e essa é a questão de fundo, validando a proposta de instalação dessa CPI, que é pertinente, a questão de fundo que se põe, é preciso que isso fique absolutamente claro, é que o Deputado Mário Bezerra, fazendo ressonância a matéria paga pelo Banco Bamerindus no Jornal "Folha de São Paulo" alegando a prática de contratos entre o Estado do Paraná e agências de publicidade, sem a prévia e necessária licitação, anunciou a intenção de instalar a CPI para investigar esses supostos contratos inquinados de irregulares.

Os esclarecimentos requeridos pelo Deputado Mário Bezerra foram prestados, e se não chegaram ao Deputado posso prestá-los aqui e agora. Não há contratos sem a prévia e necessária licitação entre o Estado do Paraná e agência de publicidade; o que há é o procedimento de pagamento sendo feito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sendo feito pelos órgãos de notícia.

Deve merecer a discussão nesta Casa, deve merecer o debate nesta Casa; mas o debate e a discussão não devem ensejar a provocação. A instalação de uma CPI exige fundamentos que vão para a lei da mera suspeita, em especial quando aquela suspeita parte de um agente financeiro.

Tenho certeza que Vossa Excelência não representa os interesses do Banco Bamerindus aqui nesta Casa, e a matéria que...

(Conversas paralelas)

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Ape-lo a Vossa Excelência para que faça cumprir o Regimento Interno da Casa, são discussões estéreis que não dizem nada a respeito da matéria que Vossa Excelência anunciou, vem o nobre Deputado Bona Turra

aqui discutir uma matéria que não está em discussão por esta Casa.

Vossa Excelência por favor faça cumprir o Regimento Interno da Casa, senão isso aqui vira anarquia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procede a questão de ordem do Deputado Erondy Silvério.

Esta Presidência solicita mais uma vez, terceira vez na sessão de hoje, Senhores Deputados, ao se manifestarem em questão de ordem, atentem ao Regimento Interno da Casa.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra, pela ordem, ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidenta, a minha questão de ordem é a seguinte: primeiro, é solicitar a Vossa Excelência que cite os dispositivos legais pelos quais Vossa Excelência aceita, a Mesa aceita o requerimento de CPI feito em cima da questão de ordem do Deputado Ernani Pudell.

Segunda questão de ordem, de acordo com o Artigo 36, § 4º: "Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução".

Em função disto, consulto Vossa Excelência quantas CPI's estão funcionando na Casa e há requerimento para constituição de quantas sobre a Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência, "colocou o carro na frente dos bois", porque íamos, no momento oportuno, prestar este esclarecimento mas, motivado, prestamos esclarecimento neste instante.

Diz o Artigo 36 do Regimento: "A Assembléia, a requerimento de um terço dos seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, portanto 18 Deputados, constituem automaticamente; um Deputado submetendo a Plenário poderá ter sua reivindicação atendida, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento".

O Parágrafo 4º que Vossa Excelência também menciona estabelece: "Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia salvo mediante projeto de resolução".

Existem funcionando atualmente na Assembléia Legislativa duas comissões parlamentares de inquérito. Uma relacionada à Fazenda Santana, município de Campo Bonito, com sete membros, ato 02/93. Está em funcionamento. E a outra CPI do Menor e Bóias-Frias, também com sete membros, ato 01/93, em funcionamento.

Portanto, temos duas e poderemos instalar, pelos procedimentos regimentais do artigo 36, apenas mais três.

O procedimento que está adotando a Mesa é o de protocolo das solicitações. As solicitações que chegarem estão sendo lidas rigorosamente na ordem de chegada à Mesa. Lemos anteriormente o pedido protocolado sob o número 1211 e passaremos a ler agora o pedido protocolado sob o número 1212.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em função da informação dada por V.Exa., o Regimento Interno desta Casa reza que cabe a V.Exa., como Presidente, manter a ordem e as questões morais deste Parlamento. Consulta V.Exa. se não acha desmoralizante esta prática de apresentar cinco CPIs para impedir a instalação de outra.

Segundo, se V.Exa. acha que todas as CPIs constituídas, com sinceridade, chegarão ao seu ponto final, porque o Regimento Interno reza que V.Exa. tem que preservar a moralidade e a legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de ordem de V.Exa.

O DR. ROSINHA - ... e na minha opinião sincera é imoral o que a bancada governista fez.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de ordem, mas a Mesa informa que acha correto o ingresso de tantos quantos forem necessários, na intenção dos Senhores Deputados, os pedidos de CPI.

Quanto a se chegar à conclusão ou não, competirá justamente aos membros que integrarem a CPI através do relatório que elaborarem.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, gostaria, para esclarecimento desse Deputado e dos demais colegas, de saber o seguinte: nós tivemos nesta Casa uma CPI do Transporte Coletivo, do transporte do interior do Estado do Paraná. Essa CPI foi pedida aqui pelo Deputado

do Valdir Rossoni, foi feita a CPI, e eu gostaria de saber se essa CPI foi concluída ou não? Não sendo concluída, ela faz parte desse rol das cinco CPI em caso, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de ordem de V.Exa.

Protocolado sob o nº 1.212, de autoria do Deputado José Alves, devidamente apoiado por dezenas de Senhores Deputados, requer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apoiar as responsabilidades das invasões de terras agrícolas ou urbanas ocorridas no território paranaense.

Ao Departamento Legislativo para os procedimentos constitucionais.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Primeiro, o Regimento Interno diz claramente, V.Exa. acabou de ler, de que a CPI deve se prender a um fato concreto, a um fato determinado. Invasões de terras são situações do cotidiano, são situações que envolvem problemas sociais, e não se trata de um fato determinado, ademais, nós temos aprovado na Assembléia Legislativa do Paraná uma CPI instalada que trata da questão do Campo Bonito, que era, portanto, matéria análoga, já é matéria correlata, e perfeitamente essa CPI de Campo Bonito terá, ou tem com seus objetivos, trazer à luz do Parlamento do Estado do Paraná as causas e as razões que motivam as ocupações de terras pelo Estado.

Esta CPI tem esse objeto, a CPI analisará um fato isolado que é um conflito que registrou mortes, mas terá, certamente, que para analisar esses fatos, que trazer à luz do Parlamento e para a sociedade do Estado do Paraná a situação e as condicionantes sociais que geram uma ocupação de terra. Eu entendo, portanto, que a matéria de que trata essa CPI já se encontra sob análise de Campo Bonito, e ali ela poderá ser devidamente analisada.

E também quero aqui, como Parlamentar, dizer que V.Exa. há poucos instantes teve uma atitude digna, engrandecedora quando assumiu de fato, e de direito, a posição de Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. Nós sabemos que as CPIs são instrumentos fundamentais da ordem democrática e que permite à Oposição, a minoria, a fiscalização de atos, principalmente do Poder Executivo e até do Judiciário. Interessa a um Governo honesto e transparente, e eu vi um plástico de Requião: "Moralidade urgente, Requião como Presidente".

Então, eu acho que o próprio Governador Roberto Requião tem interesse na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Soli-

cito ao orador que conclua a sua Questão de Ordem.

O SR. ERNANI PUDELL - Concluindo, essa matéria já está sob análise na CPI de Campo Bonito, portanto, é matéria já vencida e não cabe uma nova CPI em cima dela. Primeiro, nós temos que aguardar a conclusão e o relatório de Campo Bonito para ver se o relatório entrará ou não na análise dessa questão sugerida por essa CPI.

Em segundo lugar, é evidente um recurso regimental uma manobra regimental no sentido de calar a Oposição e de impedir o exercício da fiscalização dos atos do Poder Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu peço a V.Exa. que se inscreva em Explicações Pessoais, porque não procede a Questão de Ordem de V.Exa.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor Presidente, muito embora compreenda a preocupação do Deputado Ernani Pudell, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as lamentáveis ocorrências verificadas no município de Campo Bonito, quero informar a V.Exa., e especialmente ao Deputado Ernani Pudell, que esta Comissão está, especificamente, preocupada em apurar os fatos ocorridos com as mortes dos três soldados da Polícia Militar e com a morte do líder dos trabalhadores rurais, Teixeira. Por isso, e como nós possuímos pouco tempo, Senhor Presidente, não teríamos condições, absolutamente de podermos fazer uma investigação ampla deste assunto de invasão de terras do Estado do Paraná, tanto na área rural como na área urbana.

A Câmara Municipal de Curitiba instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para fazer averiguações com relação a este assunto.

Por isso, eu acho que o Deputado José Alves tem toda razão de propor uma CPI mais ampla para apurar os fatos, com relação à questão agrária do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

Artigo 36, § 4º.

Consulto V.Exa.: é considerada encerrada uma CPI em que momento? Porque nós temos que votar também os relatórios em Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A CPI, Deputado Florisvaldo Fier, tem um prazo estipulado quando o requerimento é aprovado, que é de 120 dias, prorrogáveis

até a metade, mais sessenta dias, que poderá também ser prorrogado a pedido do Plenário. A partir do momento em que se esgotou o prazo, considera-se encerrada a CPI com relatório ou sem relatório. Posteriormente, se tiver relatório, virá a Plenário; se não tiver, a CPI estará encerrada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

E a CPI que tem dois relatórios, como é que fica? Vem a Plenário ou não?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa, chefiada pelo Dr. Airtón Loyola emitirá parecer nos próximos dias acerca desta polêmica.

Pela ordem, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, há alguns dias, ou podia dizer há mais de um mês, a Mesa da Casa nos deve uma questão de ordem levantada, um requerimento apresentado à Mesa sobre a questão de Santo Antônio da Platina.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre Santo Antônio da Platina, a respeito do Deputado José Arthur Ritti.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Quero fazer uma exposição, uma comissão da qual eu fiz parte e fui cobrado por lideranças locais do resultado daquele trabalho.

Surpreendeu-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quanto rotineiramente nós vamos à mesa para examinar os requerimentos, Vossa Excelência não está anunciando, quando vi aí na mesa seis pedidos de CPI's, mas elas foram redigidas, datilografadas no mesmo computador ou máquina e a primeira assinatura do pedido de CPI, das cinco, era a do Deputado José Arthur Ritti.

E foi aqui assumido pelo próprio Líder do Governo como CPI da Bancada, como relatou agora o Deputado Renato Adur...

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Apoiadas pela Bancada, é diferente de assumidas.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - ... Corrigindo, então, aqui. Apoiadas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito a V.Exa. que conclua a Questão de Ordem, que não procede.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Procede porque V.Exa. e a Mesa da Casa tem uma pendência a resolver: a questão do Deputado José Arthur Ritti...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito que V.Exa. que se atenha ao primeiro assunto, porque o segundo não procede.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Procede porque, no meu entendimento, tem algo no ar nessa questão. Quando essas CPI's estão colocadas na Mesa de hoje; cinco CPI's no mesmo caso. E a Mesa, voltando então, se é que V.Exa. exige, à questão inicial, talvez para recuperar todo atraso e as polêmicas que têm gerado a esta Casa, o Deputado José Arthur Ritti resolveu apresentar 5 CPIs, com apoio de mais de 18 Senhores Deputados e V.Exa. e a Mesa não tenha ainda dado uma resposta, que não é apenas deste Deputado, mas é da comissão e também da comunidade do Paraná, que acompanhou pela imprensa toda aquela polêmica entre o Deputado José Arthur Ritti e o Deputado José Afonso Júnior.

Portanto, é o que nos preocupa esse fato de grandes trabalhos do Deputado Ritti apresentou no pedido de 5 CPIs hoje nesta Casa e a Mesa ainda não tem a nossa questão ainda esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde inicialmente a questão de ordem do Deputado Ovídio Constantino.

Nós estamos procedendo a resposta que V.Exa. solicitou há alguns dias atrás e no momento oportuno nós a enviaremos a V.Exa. e a esse Plenário.

Quanto a segunda parte da questão de ordem de V.Exa., não procede, porque em nenhuma das CPIs apresentada à Mesa, figura o nome do Deputado José Arthur Ritti como seu primeiro subscritor.

O primeiro numa das CPIs anunciada é o Deputado Nelson Garcia, na segunda o Deputado Alceu Swarowski e nessa que iremos ler agora o Deputado Nereu Moura.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero esclarecer ao nobre Deputado Ovídio Constantino e também aos meus colegas aqui da Assembléia, que não formulei nenhum pedido de CPI, simplesmente subscrevi como integrante da bancada que apoia o Governo, meu partido PP.

Quero também esclarecer ao Deputado Ovídio Constantino que se a bancada governista colocou não só ele e toda bancada oposicionista numa saia justa, muito justa, justíssima, o problema não é meu, o problema é da bancada oposicionista.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela ordem) - É sobre a primeira questão que V.Exa. não respondeu. Quero insistir nesta questão, porque V.Exa. nos vem dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A insistência de V.Exa. é aceita pela Mesa e a Mesa tomará as providências necessárias.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - V.Exa. disse com suas palavras numa sessão, que na segunda-feira, depois da Semana Santa nos daria resposta e já passa quase um mês novamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento do Deputado Nereu Moura e diversos outros Senhores Deputados, requer a criação de uma CPI. Ao Departamento Legislativo para as providências regimentais e constitucionais.

Pedido de CPI formalizado pelo Deputado Nelson Garcia, devidamente assinado por outros Deputados, pelo Deputado Nereu Moura devidamente assinado por outros Senhores Deputados e pelo Deputado Mário Bezerra, devidamente assinada pelos outros Senhores Deputados.

Esta Presidência, de conformidade com o artigo 36, § 4º, restitui este pedido aos autores mencionados para que os mesmos, entendendo oportuno e necessário, transformem esta solicitação de CPI em projeto de resolução, que após, discutido e votado por este plenário, se aprovado também, se transformarão em CPI.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Eu gostaria que V.Exa. tolerasse a minha fala, como tolerou a fala dos demais Pares.

Senhor Presidente, está claro de que os pedidos de CPI da Bancada do Governo vieram com a única e exclusiva intenção de barrar a formação de uma CPI séria e não de brincadeira para apurar responsabilidade do governo com relação à falta de licitação pública na Secretaria de Comunicação Social.

Como Presidente da Comissão de Fiscalização quero esclarecer a Vossas Excelências.

Durante esses dois últimos anos, não sei para trás, não entrou uma licitação na Comissão de Licitação e de acordo com Regimento Interno e a Constituição do Paraná, o Governo, através de seus órgãos e secretarias, é obrigado a encaminhar à Comissão de Fiscalização todas as licitações, suas despesas. Não encaminhou nenhuma, e o próprio Governo do Paraná disse

nos jornais que não promoveu licitações, é um acordo de cavalheiros entre as empresas de publicidade.

Não quero dizer aqui que sou contra jornais, televisão ou rádios. Não. Eu sou contra irregularidades, porque isto denota que o governo está fazendo acerto com as empresas e alguém está levando lucro com isto, além das empresas de publicidade.

É necessário que a Assembléia Legislativa não compactue com esse tipo de coisa porque, segundo a Constituição, o Poder Legislativo, acima de tudo, é um poder fiscalizador. E os Deputados, tanto da Oposição quanto os do Governo, têm a obrigação de fiscalizar os atos do Governo. A lisura acima de tudo. Infelizmente, talvez até por ingenuidade, alguns Deputados, ou desconhecendo o fato, assinaram CPI's "laranjas", vamos assim dizer, entre aspas, para que a CPI seria não pudesse ser levada a termo (sic).

Eu peço aos Srs. Deputados que apóiam o Governo, porque os considero sérios também, que reavaliem a assinatura colocada naquela CPI e olhem para o futuro político, porque este Governo não é transparente.

Outra coisa eu quero dizer a vocês: tenho provas de que realmente existem irregularidades. Em 91, pedi ao Tribunal de Contas uma Auditoria externa junto ao Banco do Estado do Paraná, pelos gastos exagerados nas propagandas. O Tribunal me devolveu a resposta, porque pedi através da Assembléia, um ano e pouco depois, dizendo que realmente o Governo pecava, mas era escusável. Perdoou o Governo, e exigiu do Governo que ele cumprisse a Legislação através de licitações públicas. E era reincidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E a Assembléia não pode compartilhar da maracutaia e dos acertos de campanha política. Todos nós temos a responsabilidade da fiscalização do Poder Público. Mas, infelizmente, frustrado, hoje eu vejo que a minha Comissão Parlamentar de Inquérito trabalha há dez ou doze dias indo por água abaixo por causa de quatro comissões parlamentares de inquérito "laranjas" porque não quer assumir a responsabilidade de ir a fundo nos fatos, simplesmente para tirar o corpo fora... (vozes paralelas)... as responsabilidades que ele tem junto à opinião pública (vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Peço que Vossa Excelência conclua a Questão de Ordem, Deputado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me tolerasse...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A to-

lerância poderá ser ampla, em Explicações Pessoais.

Peço que Vossa Excelência conclua a Questão de Ordem.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Não medo dos senhores, porque sei que os senhores têm as responsabilidades com as bases eleitorais, para perder as migalhas que este Governo está dando para o Paraná. Vamos assumir a nossa responsabilidade, falar não à maracutaia, porque quando se foge da responsabilidade, quando o Governo tenta impedir a constituição de uma CPI é porque está com medo da responsabilidade perante a opinião pública e não é só na Secretaria da Comunicação Social, é na COPEL, é na SANEPAR e outros órgãos vinculados a Secretaria de Estado.

Digo isto aos senhores e trago a prova nas próximas sessões, se quiserem.

Eu peço que reconsiderem a assinatura e peçam ao Presidente da Assembléia, que tem a responsabilidade de aprovar ou não a CPI de acordo com o Regimento Interno e deixem a minha Comissão avaliada pelo Deputado da Oposição seguir avante e vamos ver quem é que tem responsabilidade com o dinheiro público.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Da mesma forma, Sr. Presidente, sem muito amparo regimental, peço a Vossa Excelência que me permita dizer algumas palavras acerca do ingresso desses pedidos de criação de CPI's neste momento onde toda a atenção desta Casa estava e deveria estar voltada para o problema da greve da magistratura, que o Paraná não discute a magistratura, o Paraná discute vencimentos do Estado do Paraná, a folha de seus funcionários. Mas este é um assunto que vamos discutir posteriormente.

Não apenas os juízes reivindicam seus salários, a majoração dos seus salários defasados pela desvalorização da nossa moeda, mas isto é um problema mais amplo que inclui promotores, procuradores, todos os funcionários alcançados pelo redutor constitucional, integrantes e pertencentes aos três Poderes.

É muita gente, Sr. Presidente.

Quando a bancada do PDT pede para que venha aqui o Executivo e o Judiciário falarem de suas defesas ou de seus argumentos para envolver todos os Parlamentares, para dizer que não somos omissos e estamos lendo os jornais, discutindo, auscultando, mas queremos todos participar da decisão, porque não delegamos poderes para ninguém e aí não vai nenhuma crítica à Presidência da Casa, que tem procurado a busca de uma solução inteligente, harmônica, nessa divergência.

Mas Sr. Presidente, peço a palavra pa-

ra apelar à Bancada do PMDB, do Governo nesta Casa, para que permita o ingresso protocolado das pretensões, do pedido do Deputado Mário Bezerra. Se a Bancada governista não permitir a criação desta Comissão que pede o Deputado da Oposição, não soará bem aos ouvidos dos paranaenses, Sr. Presidente.

Voto com o Sr. Governador há dois anos e meio, desde o primeiro dia em que se instalou Requião no Governo, e eu não sou do PMDB, sou ainda do PFL. Não me arrependo. Se existe uma marca forte no Governo Requião, ainda acredito que seja da probidade, da seriedade, da honestidade, tão propalada dentro e fora do Estado do Paraná, e eu, Sr. Líder do PMDB, no meu modesto e humilde entendimento, não soará bem, não repercutirá bem no Estado e fora dele, que agora nesta tarde, numa manobra regimental, que tem todo o direito de sua articulação, mas me parece que não é do bom senso, que não se permita à Oposição e não faço parte dela porque não subscrevi tal documento. Que se institua e que se permita à Oposição, o exercício do seu direito, pelo menos.

Quando criada a lei que instituiu o instituto das CPI's, houve um interesse como disse o Deputado Líder do PT, aqui representante de Cascavel, com tanto brilhantismo, que foi para se dar à Oposição a oportunidade de fiscalização ao Executivo.

Por isso, Sr. Líder do PMDB, Líder do Governo, me dirigindo a Vossa Excelência e à sua bancada, me permita, por tantas vezes em que estivemos juntos aqui e por assim politicamente também entender, possa eu estar enganado, que não se pode sufocar essa pretensão de fiscalização. Ou acaba aqui nesta tarde, através de um documento também hábil, oportuno, e que a imprensa do Paraná vem dando largas, mais a título de publicidade à Constituição e nós todos sabemos que se não fez antes, se não deu entrada antes na Mesa, Deputado Mário Bezerra, desse documento, é porque ele teve dificuldades em angariar as 18 assinaturas necessárias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas um esclarecimento. Existe o pedido de CPI do Deputado Mário Bezerra que foi excluído, e mais duas que Vossa Excelência citou. Eu gostaria de saber o teor e o autor do requerimento das duas que ficaram excluídas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Logo em seguida nós informaremos.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, quero me inscrever em Explicações Pessoais.

cações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está inscrito em Explicações Pessoais.

A Mesa, ainda respondendo à Questão de ordem acompanhada do pronunciamento do Deputado Mário Bezerra e Basílio Zanusso, informa o seguinte: "Em nenhum momento esta Casa está cerceando o direito de se apresentar Comissões Parlamentares de Inquérito. A Mesa está seguindo rigorosamente o que dispõe o regimento e a Questão de Ordem formulada pelo Deputado Ovídio, corresponde exatamente àquilo que foi pelo assessor da Mesa informado ao Deputado Mário Bezerra, com referência à existência dos cinco pedidos de CPI anteriores ao seu.

Então, a Mesa seguiu rigorosamente a ordem do protocolado à Mesa das sessões de trabalho.

De autoria do Deputado Severino Félix e outros Srs. Deputados, CPI para apurar as irregularidades então presentes no cotidiano do paranaense, relativo ao denominado "jogo do bicho" e suas implicações, com determinados segmentos do serviço público.

Também composta por sete membros.

O SR. ALGACI TÚLIO - Esta CPI é muito boa, Sr. Presidente. Vai esclarecer muitas dúvidas.

Parabéns, Deputado Severino.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Também poderá Vossa Excelência pessoalmente cumprimentá-lo.

De autoria do Deputado Nereu Moura, CPI para apurar as irregularidades existentes na construção do Fórum de Curitiba.

Também constituída por sete membros.

Estas duas, a do Deputado Severino, do Deputado Nereu e a do Deputado Mário Bezerra, a Mesa já após o seu despacho e está devolvendo aos autores, para que os mesmos as transformem em projeto de resolução e encaminhem a este Plenário.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Com relação às questões da CPI, queremos informar Vossa Excelência e o Deputado Nereu, que quando Luiz Henrique Bona Turra presidia o DECOM, aquele órgão fez todo o levantamento a respeito do Fórum e já se encontra na Justiça.

Seria interessante informar a todos os Deputados este fato, e aí já não precisaria de CPI, porque já está tudo encaminhado.

Aí se nota que o Deputado Nereu nem sabe o que quer. Bastaria falar com o companheiro de Bancada dele. Tudo já existe. É duro ser "laranja" e assinar coisa que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura, Pela Ordem.

O SR. NEREU MOURA - O Deputado Rosinha, com curso universitário - é médico - deveria ter mais respeito ao se dirigir a outro Parlamentar. Até parece, Sr. Presidente, que perdeu a educação em sua casa e vem aqui, de forma deslegante, dirigindo-se a outro Parlamentar, cumprindo suas prerrogativas de Parlamentar.

Se eu, Sr. Deputado, solicitei a abertura desta CPI, é porque dúvidas existem, e eu gostaria de esclarecer, nada mais justo que formada por esta Assembléia Legislativa, onde sei que existem Parlamentares do mais alto respeito, pessoas dignas, eleitas pelo povo do meu Estado, para que de todos os Partidos, possam compor esta CPI e apurar as dúvidas que existem.

Agora, Sr. Presidente, não posso admitir que um Parlamentar, médico, venha aqui desrespeitar, deslegantemente, com ofensas pessoais. Isto não vou admitir, porque gostaria de ser tratado com respeito, como sempre o tratei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa presta a seguinte informação ao Plenário: estamos solicitando à assessoria da Mesa e ao serviço gráfico da Assembléia, que faça publicar em avulso, anexado à Ordem do Dia, o inteiro teor dos Projetos de Lei n°s 102/93, originado do Tribunal de Justiça; 110/93, originado do Ministério Público; 107/93, originário do Poder Executivo; e o 136/93, também originário do Poder Judiciário; para que os Srs. Deputados tomem conhecimento do inteiro teor destes projetos, de maneira que possam se subsidiar a respeito e oferecer sugestões nas discussões que haveremos de ter durante o dia de amanhã e segunda-feira.

Requerimento n° 1231, de autoria dos Srs. Deputados Paulo Maia, Emilia Belinati, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Namir Piacentini e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Rejeitado.**

A Mesa deixa de colocar em votação este requerimento no dia de hoje porque já anunciou a reunião das Lideranças. E nesta reunião de Lideranças, vamos tentar encontrar os caminhos. Se houver necessidade, após a reunião das Lideranças, então colocaremos em votação. Até porque entendemos que do jeito que as coisas estão, o nível de diálogo que está hoje presente, um debate nesse nível talvez pudesse acirrar

ainda mais os ânimos já bastantes estremecidos entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Nós entendemos que nessa hora é hora de nós procurarmos resolver as questões e nesse sentido já foi anunciado pela Presidência a reunião das Lideranças para logo após o término dessa sessão.

Transferimos, portanto, a votação e a discussão desse requerimento para a sessão de amanhã.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, quando encaminhamos à Casa o referido requerimento nós o dividimos em duas partes: na primeira parte os esclarecimentos de V.Exa. e o convite feito hoje para as Lideranças estarem no Gabinete da Presidência não se refere ao assunto abordado no requerimento que apresentamos à Casa. Esse é o primeiro ponto.

O segundo que nós colocamos aqui é o fato de que amanhã se dê a discussão entre as partes e não se promova debates. Por isso eu acho que está havendo um equívoco na interpretação da Mesa nesse momento, eu acho que está havendo um equívoco, nós não estamos pedindo para que o Poder Executivo e o Judiciário venham a Casa para se submeter a debates e venha a se acirrar ainda mais a discussão que há entre os Poderes.

Nós estamos pedindo única e exclusivamente um esclarecimento dado por V.Exa. é de se lamentar de nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, mais uma vez informa ao Deputado Paulo Maia, que não julgamos oportuno deliberarmos e marcarmos uma sessão especial, até porque no dia de amanhã o Governador Roberto Requião estará fora do Estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Goiânia, onde participa da inauguração da Agência BANESTADO.

De outro lado, não temos conhecimento também, se os integrantes do Poder Judiciário, representado pelo Presidente Ronald Accyoli, teriam espaço em sua agenda para comparecer a essa Assembléia.

Portanto, eu entendo que antes de nós marcarmos esta sessão para ouvirmos as partes, cabe a nós consultarmos da possibilidade dos representantes desses Poderes quanto a sua agenda para o dia de amanhã. Acho mais oportuno que façamos a reunião das Lideranças e, posteriormente a isso, a gente possa encaminhar o requerimento de V.Exa. e dos demais Deputados.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu acho que o adiamento da discussão

desse processo vai trazer inclusive um complicador para o Legislativo e não um solucionador. Se as partes tiverem as suas justificativas ou não quiserem se apresentar no Plenário, a competência cabe às partes. O Poder Legislativo está fazendo a sua parte de tentar ser mediador desse processo.

(Vozes acumuladas)

Isso nós temos que demonstrar aqui a nossa preocupação em tentar encontrar um solucionador, um equacionador para um impasse que está havendo entre Executivo e Judiciário.

Por isso, fica a nossa preocupação, não se aprovando este requerimento hoje, ou se rejeitando se acharem por bem que deve ser rejeitado, mas nós temos certeza que a sua aprovação vai representar para a sociedade paranaense a demonstração de que o Poder Legislativo como um todo está hoje concretizando a sua preocupação em relação ao impasse havido entre Executivo e Judiciário.

Que se frise bem nesta Casa a preocupação que estamos trazendo através de requerimento que estamos apresentando à Mesa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente queremos parabenizar V.Exa. pela postura em que toma com relação ao requerimento da Bancada do PDT.

Nós fomos muito objetivos e muito claros ontem, ao utilizarmos da tribuna, quando nós dizíamos da nossa preocupação com relação ao episódio entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Fomos bem claros em dizer da nossa preocupação com relação à postura da Assembléia Legislativa do Estado. E talvez, ilustre Deputado Paulo Maia, e aos demais companheiros da sua Bancada, que assinaram o requerimento, talvez peço até escusas, porque pode ter sido uma falha nossa, da Comissão Executiva, em não anunciar aos Srs. Deputados de que ontem nós recebemos a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Ronald Accioly, do Desembargador Calixto e do Desembargador Gradowski.

Estivemos reunidos na Presidência desta Casa em companhia do 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, e do Vice-Presidente Hermas Brandão. E tivemos a oportunidade de termos um diálogo franco, aberto, e esta Casa demonstrando o interesse no entendimento.

Então eu acho que a Assembléia está cumprindo a sua função, o seu papel, uma vez que é o nosso desejo que deste episódio não haja vencedor, nós queremos que a solução venha para todos nós, dentro de um clima de ordem, de respeito, e acima de

tudo, de dignidade. Porque não só nós desejamos este entendimento, o povo do Paraná está, a ver os órgãos de imprensa de nosso Estado, também torcendo para que haja este entendimento. Então acho que este requerimento vem num momento não oportuno, dado os entendimentos que já estão avançados, nós queremos apagar este fogo, não queremos jogar álcool, mas sim jogar água, e acho que haverá de ter a compreensão, também, da Bancada do PDT.

Não quero criticar a posição da Bancada do PDT, apenas pedir a colaboração para que este requerimento não seja votado conforme já anunciou o Presidente desta Casa, porque os entendimentos deverão continuar hoje e já tenho conhecimento também que haverá uma reunião com o nosso líder do Partido Progressista, logo após a sessão, com o Poder Judiciário, aonde o Deputado Nilton Barbosa também vai ter a oportunidade de ouvir os desembargadores, os juízes e os promotores.

Então, Sr. Presidente, a nossa Casa está procurando, realmente uma solução, e queremos que isso ocorra e acho que não é o momento de transformarmos o Plenário da Assembléia Legislativa numa arena como o império Romano onde se degladiavam, perante todos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, ouvimos atentamente as ponderações do Deputado Dirceu Manfrinato e ficamos realmente entristecidos com as suas colocações.

Primeiro: V.Exa. reconheceu que a Comissão Executiva da Casa, realmente talvez tenha falhado em não transmitir ao Plenário da Casa, às Lideranças, as suas articulações com os outros Poderes.

Segundo: V.Exa. diz que este requerimento da Bancada do PDT não está chegando em boa hora. Eu acho, Deputado, que nunca um requerimento chegou em tão boa hora como este requerimento da Bancada do PDT, porque a Assembléia não pode fugir desta responsabilidade e todos os seus integrantes devem estar cientes do que realmente está acontecendo.

Terceiro: em hipótese alguma, em nenhum momento a nossa Bancada, que aqui nesta Casa tem sido uma Oposição de responsabilidade, tem votado, constantemente, com o Sr. Governador. Os Srs. são testemunhas disso, que nas causas de interesse do Estado do Paraná, nunca a Bancada do PDT falhou na aprovação de Mensagens, de Projetos do Sr. Governador, agora em hipótese alguma queremos nós, neste momento tão difícil pelo qual passa o Estado do Paraná, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, desejarmos nós nesta hora transformar esta Casa numa arena. Se existe uma arena, Deputado Dirceu Manfrinato, esta arena não

está aqui neste tapete vermelho, mas lá nos tapetes coloridos do Palácio Iguçu, aqui não, aqui é uma Casa que nós queremos respeitar e transformá-la realmente no plenário das discussões das causas do Estado do Paraná, e a Assembléia não pode se furtar a isso.

Lamentamos, e até gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, baseado em que artigo V.Exa. deixa de receber este requerimento, que não é de um Deputado, é de uma Bancada de um Partido nesta Casa. Este Partido merece respeito, Sr. Presidente, e eu gostaria que o Senhor colocasse, regimentalmente, aonde V.Exa. se baseia para não receber este requerimento da Bancada do PDT.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não me consta em momento algum que V.Exa. como Presidente desta Casa, estava liderando esta intermediação, esta negociação entre os Poderes Executivo e Judiciário, não me consta que em momento algum V.Exa. tenha cerceado a presença, o acesso de qualquer Deputado, qualquer liderança para que se apresentasse para intermediar essa negociação. Lembro-me que procuramos V.Exa. com os nossos vice-Líderes, Deputado Djalma de Almeida César e Deputado Trevisan, e V.Exa. de imediato abriu as portas do seu gabinete, nos colocou junto da negociação e passou, a partir deste momento, a nos comunicar também.

Mas houve necessidade de iniciativa da nossa Liderança de procurar Vossa Excelência, como também o Deputado Anibal Khury para que nos prontificássemos a colocar também as nossas posições e ver aonde a nossa Bancada poderia colaborar com a presidência desta Casa.

Portanto, eu não vejo, com toda sinceridade, com muito fundamento a justificativa da bancada do PDT dizendo que foi relegada a segundo plano, marginalizada nessa negociação. Entendo que esta Casa está aberta, pelo menos foi essa intenção que nós tivemos, a menos que a gente esteja interpretando de maneira diferente. Mas eu acho, eu pediria um pouco de prudência à Bancada do PDT e eu acho que a negociação não foi concluída ainda Senhor Presidente. Nós poderemos, queremos a aproximação de todos, acho que é importante que a oposição, que a Presidência, que a Mesa Executiva se congrege nos esforços de vermos colocado um ponto final nesse impasse. Agora, se ficarmos discutindo quem tomou a iniciativa e quem ficou de fora, não chegaremos a lugar nenhum, Senhor Presidente.

Vou conclamar a todos os Deputados, às Lideranças, vamos então deixar um pouco esta questão de lado e vamos sentar à mesa para vermos qual a melhor solução para essa questão.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Desde o início dessa manifestação, do desagrado dos Senhores Magistrados, nós até por termos diversos amigos integrantes do quadro, temos acompanhado. Acho que chegou a hora de uma participação mais ativa, quando amanhã, já anunciado por Vossa Excelência, entra os projetos, tanto do Tribunal de Justiça como do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Procuradoria Geral da Justiça, farão parte amanhã da Ordem do Dia, para que possamos ter conhecimento, de um lado o Executivo, de outro lado os Poderes.

Nós já fomos convocados por Vossa Excelência como Líder do Partido Progressista para participarmos de uma reunião, só queremos confirmar aqui a nossa presença. E queremos dizer que, com muito prazer, junto com os demais companheiros do nosso Partido teremos agora, na nossa sala de Liderança, uma reunião onde ouviremos os Senhores Juízes querendo expor o seu pensamento, e quem sabe amanhã, quando esses projetos chegarem na Casa, uma discussão mais ampla com ambos os lados, nós havemos, se Deus quiser, de entrarmos num entendimento junto com o Executivo e parar este movimento, que não traz vencedor, que só traz prejuízo para todos os Poderes, para toda a sociedade paranaense.

Por isto acho desnecessário. Mas se Vossa Excelência achar por bem colocar o requerimento da Bancada do PDT, seria importante colocar, porque decidiríamos aqui no Plenário qual a posição que tomaremos com relação à vinda dos convocados pela bancada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, até não iria utilizar a questão de ordem, mas tenho que fazer um reparo no que disse o Líder do Governo, que, em momento algum, falamos que fomos cerceados pela Presidência, talvez não teríamos sido convocados. Aliás, uma liderança inteligente faria bem diferente do que aconteceu nesta Casa.

Uma liderança inteligente teria convocado todas as lideranças para o diálogo e para participar, o que infelizmente não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência manifesta mais uma vez a sua intenção de receber o requerimento, de proceder à reunião das lideranças, até porque entendo bem que o bom-senso nos recomenda que antes de marcarmos audiências, sessões especiais envolvendo chefias de outros Poderes, que primeiro tenhamos contato com estas pessoas, para sabermos da

oportunidade; porque poderemos marcar a reunião para amanhã, mas o Governador já não está em Curitiba amanhã, então já estará frustrada a sessão especial para ouvirmos o Poder Executivo e o Poder Judiciário, e também não sabemos se o Presidente do Poder Judiciário se encontrará em Curitiba e se poderá vir amanhã.

Por esta razão que a Mesa entende oportuno que transferíssemos a discussão deste requerimento para amanhã e, se for julgado oportuno, convocaríamos estas pessoas para sexta-feira, ou para a próxima segunda-feira.

A Mesa mantém a decisão de transferir a discussão deste requerimento para amanhã, cabendo a Vossa Excelência, Deputado Paulo Maia, como Líder do PDT, o recurso de plenário contra a decisão da Mesa de não colocar em discussão hoje o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Queremos aqui, primeiro repudiar a decisão da Mesa, porque não existe embasamento legal para o não recebimento e para não votação. Mas demonstrando, como está demonstrado neste requerimento, que o objetivo da bancada é o entendimento entre os Poderes Executivo e Judiciário, não vamos para a intransigência, vamos num gesto de que o PDT é maior do que o problema criado pelo Poder Executivo nas suas ofensas ao outro Poder, nós iremos aceitar com repúdio a decisão da Mesa, numa demonstração de grandeza da posição do PDT nesta Casa. Porque está bem caracterizado aqui, como bem frisou o Deputado Algaci Túlio, nosso objetivo não é transformar isto aqui numa arena, mas é fazer com que este Poder entre neste processo e demonstre a sua independência e a tentativa de solução.

Em cima desta questão, e num objetivo maior, aceitaremos a retirada do nosso requerimento nesta oportunidade, visando que, de fato, hoje aqui os esclarecimentos tidos não foram tidos anteriormente. E tenho certeza de que o nosso requerimento provocou estas discussões e para que se evitem desentendimentos como desta feita, que em outras oportunidades a Casa venha a ser tão bem informada como foi nesta tarde, após toda a provocação por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa agradece ao Deputado Paulo Maia por ter entendido o apelo da Presidência de não votarmos hoje o requerimento. Então a Mesa deixa de receber o requerimento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência procurou se utilizar dos meios democráticos para evitar maior confronto. Eu solicito a Vossa Excelência, como o Plenário

Curitiba, quarta, em 12.05.93

é soberano, para que passe à apreciação do Plenário que é maior ainda do que a Bancada do PDT.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - No momento que a Bancada do PDT demonstra toda sua vontade de achar um denominador comum, foi muito infeliz o Deputado Dirceu Manfrinato.

Agora ele vem com provocação, agora, com permissão do nosso Líder, nós desejamos que Vossa Excelência coloque o requerimento em votação.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, compreendo perfeitamente o empenho dos Senhores Deputados componentes da Bancada do PDT nesta Casa, de procurar que o Poder Legislativo não fique alheio a essa pendência existente entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Entretanto, esquecem os Senhores membros da Bancada do PDT que não tem sido outra a preocupação da Comissão Executiva desta Casa em manter entendimentos, em manter um canal aberto de comunicação via Poder Legislativo, entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Agora, o que nós não podemos, Senhor Presidente, é chamar para esta Casa a solução num debate que constitucionalmente não nos pertence, porque nós não podemos autorizar despesas com pessoal, isto é prerrogativa do Poder Executivo. O Poder Executivo já fixou a sua posição em não querer gastar mais do que 65% que arrecada com pagamento de pessoal, já fixou-se no percentual que o Poder Judiciário tem direito constitucionalmente.

Então, nós estamos procurando convencer o Senhor Governador do Estado a ceder, convencer o Poder Judiciário a ceder, acho que numa batalha alguém tem que ceder um pouco. Se aprovado esse requerimento do PDT, nós vamos chamar para esta Casa uma responsabilidade que não é nossa. Nós vamos convocar aqui, ou chamar aqui o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado sem sabermos se ele aceitará ou não um debate dessa natureza. Nós vamos convidar o Governador do Estado de quem nós já conhecemos o pensamento a respeito da questão.

Mas está certo o nobre Deputado Dirceu Manfrinato, está certo o nobre Deputado Algaci Túlio, que Vossa Excelência submete à consideração do Plenário o requerimento, eu votarei contrariamente ao requerimento, Senhor Presidente, por considerá-lo, embora justificável, inoportuno diante das circunstâncias que estamos vivendo com essa questão de divergência entre os dois Poderes do Estado.

Dois Poderes que deveriam ser harmônicos entre si, mas que lamentavelmente têm

divergido nessa questão salarial. Acho que o papel da Assembléia Legislativa é apreciar as mensagens do poder Judiciário sobre a qual já existe um substitutivo aprovado em primeira discussão, apreciar a mensagem do Senhor Governador do Estado a respeito da isonomia do funcionalismo do Estado. Esse é o papel da Assembléia Legislativa, não promover debates aqui que ao meu ver seriam estéreis, porque não representariam, de maneira nenhuma, a solução adequada para o problema.

Por isso, eu apelo a Vossa Excelência que submeta à apreciação do Plenário o requerimento.

SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez quero frisar, que, em hipótese alguma, nós pedimos debates.

Creio que está dito no nosso requerimento, e também para dizer ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato que se alguém quer tirar dividendos políticos, com certeza não é a nossa Bancada, que não se utiliza de verbas do Poder público para ocupar as páginas dos jornais, todos os dias, provocando o outro Poder. A nossa iniciativa é tentar esclarecer, não pedir debates. Não estamos aqui para dividendos em cima de uma crise que só faz com que o nosso Estado perca. Nós estamos aqui para tentar achar uma solução.

O dinheiro público está sendo gasto pelo Executivo para fazer uma provocação ao Poder Judiciário, que é, justamente, o que nós do PDT não queremos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência é bastante inteligente para saber que, na medida em que vão os dois Poderes, há o confronto.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, pela ordem. (Assentimento).

Senhor Presidente, a minha questão de ordem é baseada no artigo 90 do Regimento Interno, onde diz: "a duração do Expediente é de duas horas e trinta minutos." E diz ali como é distribuído. Esta sessão começou às 14:30, com mais duas horas e meia são cinco horas.

Ninguém pediu prorrogação de sessão. Então, Senhor Presidente, não há mais sessão. Nós temos que encerrar os trabalhos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu peço prorrogação por mais três horas.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Não se prorroga coisa já vencida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de ordem do Deputado Trevisan.

Artigo 78 do Regimento Interno, combinado com artigo 90 do mesmo Regimento: "As sessões ordinárias terão início às 14:30 e durarão, no máximo, quatro horas e trinta minutos".

O SR. NILTON BARBOSA - Pela Ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)

Eu queria lembrar aqui o finado, saudoso Doutor Ulysses Guimarães, no período da Constituinte, quando ele dizia: "Vamos votar, vamos votar, vamos votar".

Então, Senhor Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, antes de atender ao apelo dos Senhores Deputados para que coloque à apreciação do plenário o requerimento, consulta, mais uma vez, o Deputado Paulo Maia e os Deputados do PDT se mantêm à mesa o requerimento ou retiram o requerimento?

O SR. PAULO MAIA - Para não causar polêmica, que não foi criada por nós, e já havíamos tido o entendimento, e a Bancada da situação quer votar o requerimento, então, somos pelo o que a Casa decidir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, mediante a manifestação do Plenário, coloca em discussão o requerimento. Em votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao requerimento para que sejam convidados os representantes do Poder Executivo e o Poder Judiciário para uma Sessão Especial no dia de amanhã, queiram se levantar.

21 Senhores Deputados são contrários.

10 Senhores Deputados são favoráveis.

Está rejeitado o requerimento.

Em Explicações Pessoais, Deputado Mário Bezerra. (Declina).

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, parece-me que em Explicações Pessoais está inscrito primeiro o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Bona Turra já declinou. Com a palavra Vossa Excelência.

(Declina).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 096/91, 103/91, 396/92, 139/93, 143/93, 151/93, 152/93 e 168/93.

Levanta-se a sessão.